

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

THALINY MORAES

DE LÍNGUA ORAL A LÍNGUA ESCRITA: a construção histórica da Língua
Mirandesa

Florianópolis

2020

THALINY MORAES

DE LÍNGUA ORAL A LÍNGUA ESCRITA: a construção histórica da Língua
Mirandesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do Grau de
Bacharelado em Letras-Português.

Orientador: Prof.^a Dra. Cristine Gorski Severo

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moraes, Thaliny

De língua oral a língua escrita : a construção histórica da
Língua Mirandesa / Thaliny Moraes ; orientador, Cristine
Gorski Severo, 2020.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras Português,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Letras Português. 2. Língua Mirandesa. 3. Política
Linguística. I. Gorski Severo, Cristine. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras Português.
III. Título.

THALINY MORAES

DE LÍNGUA ORAL A LÍNGUA ESCRITA: a construção histórica da Língua
Mirandesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do Grau de
Bacharelado em Letras-Português.

Cidade, __ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Cristine Gorski Severo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dra. Charlott Eloize Leviski
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria E. Nunes e Edson Moraes, que foram grandes incentivadores nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A realização e conclusão desse trabalho foram possíveis graças ao apoio de diversas pessoas que passaram pelo meu caminho durante a graduação.

Em primeiro lugar gostaria de manifestar minha sincera gratidão a Prof^a Cristine Gorski Severo, minha orientadora, pela confiança e pela disponibilidade em ler meu texto e sempre me sugerir caminhos por onde eu poderia seguir. A disciplina de política linguística era a área que eu queria estudar desde o início da graduação, e seu auxílio foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Agradeço aos amigos e colegas que me auxiliaram diversas vezes, seja com um conselho ou uma ideia, ou estando presente quando eu precisei. Em especial, Isadora Calônico e Lara Bertazzo Richter.

E, finalmente, a minha família. Por ter sido a base para que tudo isso acontecesse.

"Boç/escrita livros jornais

Silêncio/cartas

Silêncio/rádio

Silêncio/televisão

Sendin/Miranda do Douro Finanças Notário Tribunal

Tierra de Miranda/Portugal mundo

Andifréncia muerte de silêncio/imperialismo de
pacotilha e de pobreza

Baranda de Pilatos/leis à cabeceira de um
moribundo

Rábia/etnologia folclore e simpatia

Tiempo i bida de barriga/a língua é uma meio de
comunicação que funciona bem com a barriga cheia

Adius/museu passado despojos de uma batalha que
sangram por dentro" (Francisco Niebro)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso constitui um estudo da formação histórica do mirandês, através da articulação entre o conceito das representações do intelectual e da invenção de línguas. Através de uma breve análise sobre a modalidade oral da língua, o trabalho objetiva historizar a passagem para a modalidade escrita, tencionando os discursos dos intelectuais envolvidos com o reconhecimento dos direitos linguísticos dos mirandeses, bem como embates por eles publicados nos meios de comunicações mais recentes. O recorte temporal do trabalho é, portanto, colocado entre fins do século XIX até a atualidade. Dessa forma, concluiu-se que as diversas falas em favor de uma oficialização da língua mirandesa possibilitaram também que a variedade sendinesa começasse a ser discutida como uma possível língua a ser reconhecida. Também se verificou que apesar da gramática mirandesa ter se iniciado para cumprir um objetivo educativo, atualmente o sistema de ensino da região carece de materiais didáticos na referida língua.

Palavras-chave: Língua mirandesa; intelectuais; modalidade oral; modalidade escrita; Convenção ortográfica.

ABSTRACT

This course conclusion work is a study of the historical formation of the Mirandese, through the articulation between the concept of representations of the intellectual and the invention of languages. Through a brief analysis of the oral modality of the language, the work aims to historicalize the transition to the written modality, intending the speeches of the intellectuals involved with the recognition of the linguistic rights of the mirandeses, as well as clashes published by them in the most recent media. The time frame of the work is, therefore, placed between the end of the 19th century until today. In this way, it was discovered that the various speeches in favor of making the Mirandese language official have also made it possible for the Sendinee variety to begin to be discussed as a possible language to be recognized. It was also found that although the Mirandese grammar started to fulfill an educational objective, currently the education system in the region lacks teaching materials in the language.

Keywords: Mirandese language; intellectuals; oral modality; written modality; orthographic convention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 — Enquadramento linguístico do mirandês.....	16
Fotografia 1 — Mourinho com capa de honras	37
Quadro 1 — Evolução do número de alunos a frequentar a disciplina de língua e cultura mirandesa.....	41
Quadro 2 — Usos altos (A) e baixos (B) segundo Ferguson (1959:329)	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O MIRANDÊS NA MODALIDADE ORAL	13
2.1	ORIGEM.....	13
2.2	SITUAÇÃO ATUAL DA LÍNGUA	14
2.2.1	Situação de diglossia	17
3	O MIRANDÊS NA MODALIDADE ESCRITA	22
3.1	VOZES DE AUTORIDADE	22
3.1.1	Embate Ferreira-Vasconcellos e a identidade mirandesa	26
3.1.2	Pe. António Maria Mourinho e a expansão da cultura	34
3.1.3	A convenção ortográfica e o ensino do mirandês	38
3.1.4	Embate Ferreira-Pires e o sendinês nos meios de comunicação	43
4	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A — Subtítulo do apêndice.....	51
	ANEXO A — Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro	52
	ANEXO B — "Mirandês: unidade ou divisão?" parte 1	53
	ANEXO C — "Mirandês: unidade ou divisão?" parte 2.....	54

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu como um desdobramento de um estudo de caso com o foco em geografia para a disciplina de Política Linguística. Na ocasião, o motivo do grupo ter escolhido a língua mirandesa como objeto analisado se deu da necessidade de mostrar às pessoas que nem mesmo em Portugal funciona o “mito da língua única”, afinal, em um pequeno país na Europa, com a sexta língua mais falada do mundo, ainda sobrevive uma comunidade que guarda uma outra língua com suas variedades e traços culturais distintos do restante de Portugal. Aparentemente, tudo isso em razão de um isolamento geográfico.

A partir desse estudo, fomos cada vez mais a fundo na discussão sobre a língua e constatamos alguns discursos de falantes nativos e intelectuais sobre a questão da identidade dos mirandeses. Amadeu Ferreira, escritor mirandês, quando confrontado sobre o surgimento da língua, costumava dizer em entrevistas que muito provavelmente o primeiro rei de Portugal, Afonso I, não falava português, e sim mirandês – razão pela qual seria inadequado colocar essa língua e seus falantes em oposição à língua portuguesa, aos falantes do português e à própria percepção de nacionalidade. Segundo Ferreira, a causa para que ninguém conhecesse essa versão da História seria pelo fato de que a língua mirandesa por muito tempo não teve um sistema de escrita próprio – diferente do português – e, portanto, não foi documentada, ganhando a alcunha de “fala charra/caçurra” (objeto de chacota), considerado por muitos como um dialeto da língua portuguesa, a língua “grabe/fidalga”.

A condição do mirandês como um dialeto do português – ou uma “maneira errada” de se falar a língua – se manteve até 1900, quando José Leite de Vasconcellos, importante linguista português, se manifestou pela primeira vez em favor de uma língua mirandesa, afirmando que havia um sistema linguístico no mirandês que era perfeito e com características próprias, razão pela qual não deveria ser considerada como um dialeto, mas sim como uma língua. E, não bastando a contribuição dada para a “construção” dessa língua, Vasconcellos dá subsídios também para que os mirandeses passem a se enxergar enquanto comunidade, uma vez que seus estudos também focalizam nos elementos identitários da Terra de Miranda.

Ainda que houvesse um importante linguista dando aportes teóricos para o nascimento – não de fato, mas de direito – da língua mirandesa escrita, foi necessário mais um século de debates entre intelectuais (que chamarei de “vozes de autoridade”) e falantes do mirandês para que fossem reconhecidos, em 1999, os direitos linguísticos dos mirandeses através de uma Convenção Ortográfica – saindo de uma tradição oral, e ganhando o status de língua regional através da escrita.

Inicialmente o trabalho dedica-se a explicar resumidamente, apenas a título de contextualização, uma parte da história da língua mirandesa na modalidade oral.

Em um segundo momento, o texto apresenta o objetivo principal de historicizar o nascimento da língua mirandesa na modalidade escrita através dos discursos e embates produzidos por intelectuais e falantes nativos. Minha pesquisa estará centralizada na investigação desses discursos desde o final do século XIX – com produções contemporâneas a Vasconcellos - até o período após a construção da Convenção Ortográfica de Língua Mirandesa e a sua Primeira Adenda. Trata-se, portanto, de uma investigação exploratória qualitativa. O trabalho possui em seu método de investigação uma pesquisa bibliográfica que levanta informações e discursos que confluíram na invenção da língua mirandesa na modalidade escrita. Serão descritas quais são as “vozes de autoridade” que permitiram a mudança de status do mirandês e qual o valor de seus discursos para a comunidade da Terra de Miranda.

Para uma melhor compreensão da figura intelectual que permeia a criação da língua e a própria invenção da modalidade escrita, a pesquisa contém em seu corpus as seguintes publicações: (i) *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1989)., (ii) *Representações do intelectual* (SAID, 2005)., (iii) *Desinventando e reconstituindo línguas* (MAKONI; PENNYCOOK, 2015).

Dentro da coleta de dados, foram selecionadas as publicações de intelectuais que seguem o perfil traçado por Said e Foucault, sendo elas: (i) *O dialecto Mirandez* (FERREIRA, 1898) (ii) *Estudos de Philologia Mirandesa* (VASCONCELLOS, 1900) (iii) *Mirandês: unidade ou divisão?* (Anexo B e C) (iv) *A formação da escrita mirandesa* (FERREIRA, 2005); entre outras. As publicações contemporâneas entre si foram confrontadas em seções.

Outras publicações sobre diglossia, bilinguismo e os discursos a favor de um reconhecimento da língua serão mencionados ao longo da publicação.

2 O MIRANDÊS NA MODALIDADE ORAL

Para compreender como o mirandês chegou a ter seus direitos linguísticos reconhecidos através da lei nº 7/99, de 29 de janeiro, é preciso verificar como se deu seu percurso sócio-histórico – desde sua gênese ligada ao Reino de Leão, até sua reabertura para o Estado português. Após anos de um “isolamento” de seus falantes nativos, a reabertura trouxe aos mirandeses a necessidade de se retomar questões políticas e sociais da região – incluindo a própria situação da língua.

2.1 ORIGEM

Para que se pense a história da língua mirandesa enquanto modalidade oral, é preciso voltar às ocupações romanas na Península Ibérica, que se deram de maneira gradual. Ivo Castro (2008a, p. 56, citado por FARACO, 2016, p. 15) coloca que o processo de romanização e implementação do latim de forma tardia criou condições para o contínuo uso das línguas pré-romanas nessas áreas, que serviram, conseqüentemente, de substrato para as futuras línguas que ali se fundaram. O mirandês, em específico, tem como substrato a língua dos povos celtíberos - eliminados da região em 133 a.C. É possível concluir que:

"Há, portanto, quase dois séculos a separar as primeiras e as últimas ocupações romanas da Península Ibérica. Isso significa que o latim, com suas diversas variedades sociais, chegou a cada uma das grandes áreas peninsulares em diferentes estágios histórico-evolutivos" (FARACO, 2016, p. 15).

Faraco pontua que, no período que compreende o século VIII, a Península Ibérica entra em domínio muçulmano e apenas algumas regiões ficam de fora. Em uma dessas regiões, a noroeste, vai ser o ponto de base da chamada Reconquista.

Em 1139, depois da expulsão dos muçulmanos, o infante Afonso Henriques passa a utilizar o título de rei, ainda que o Condado Portucalense não fosse, até então, um território independente de Castela.

Segundo Rebelo (2019, p. 4), a zona conhecida como “Terra de Miranda” (*Tierra de Miranda*, em mirandês) pertencia ao Reino de Leão, no domínio linguístico do asturo-leonês, aos finais do século X. Tornou-se disputada e acabou por se

separar politicamente das terras de Aliste e Sayago, que atualmente pertencem a província de Zamora (Espanha) – conforme Tratado de Zamora, do início da dinastia de D. Afonso Henriques. Até o presente momento, o conceito de “Terra de Miranda” ainda não havia sido utilizado em documentos escritos, e surge em 1172, ainda durante o reino de D. Afonso Henriques, quando é incluída essa porção de terra na diocese de Braga.

Durante esse tempo, a Terra de Miranda deixa de ser um lugar ignorado pela recente população portuguesa e ganha importância devido a sua posição geográfica – por ser uma região fronteira. No século XV, apesar da expansão ultramarina, a população portuguesa não crescia em valores significativos. Pedreira (1998, p. 446) afirma que no período que compreende os anos de 1527-1531, e que correspondente ao auge do Império português, a nação não tinha mais que 1,4 milhão de pessoas, números idênticos a de meados do século XIV, antes da peste negra surgir.

Nesse mesmo momento, Miranda continuava a crescer, ainda que ficasse no sentido oposto à costa de Portugal. A razão disso é dada ao fato de que na Espanha estava acontecendo a Inquisição, o que motivou a migração de muitas famílias judias para a região e que fez a economia se desenvolver, devido aos investimentos feitos por essas famílias no comércio local. Por conta disso, em 1286 ela é alçada ao status de vila, por D. Diniz, ainda que frequentemente continuasse a ser invadida pelos espanhóis. Isso significa que, nesse momento, uma boa parte da população da Terra de Miranda ainda continuaria tendo elos estreitos com o país vizinho. De acordo com Taborda (1987, p. 30, citado por MEIRINHOS, 2014, p. 37), "O intercâmbio comercial no século XVI era muito ativo, as relações sociais bastante íntimas. Conclui-se, portanto, que a Terra de Miranda sempre manteve mais relações estreitas com Leão do que com as regiões portuguesas limítrofes". E isso se manteve ao longo da história, sendo possível se perceber sua ligação com Espanha até os dias atuais.

2.2 SITUAÇÃO ATUAL DA LÍNGUA

Nesta seção são apresentados os dados gerais e geografia da Terra de Miranda.

A língua mirandesa possui dados controversos acerca da sua quantidade de falantes em língua materna, número que varia entre 5 e 10 mil pessoas. O mirandês é caracterizado sobretudo por sua tradição oral e pelo fato de viver em uma situação de diglossia¹, razão pela qual nem todos os falantes da língua admitem que a falam; e, por viver em diglossia, sabe-se que os falantes são, em sua maioria, falantes também de outras línguas – espanhol, pela proximidade da fronteira com a Espanha e sua ligação já mencionada, e o português, a língua do Estado. Para além disso, conta também com variedades internas à língua: *mirandês raiano*, falado nas zonas de fronteira com a Espanha (norte); o *sendinês*, falado nos arredores de Sendim, e o *mirandês central*, falado nas demais aldeias.

A Terra de Miranda localiza-se na porção nordeste do território português, na sub-região do Alto Trás-os-Montes (dentro do distrito de Bragança). Para efeitos de identificação, costuma-se dizer que o espaço está situado entre os rios Douro (fronteira física de Portugal-Espanha) e Sabor. No entanto, é importante ressaltar que a Terra de Miranda não corresponde diretamente a um espaço geográfico, por assim dizer, mas a um espaço em que as pessoas compartilham dos mesmos elementos identitários e da própria língua mirandesa (que antes era reconhecida apenas como uma variação dialetal do português). As delimitações que são feitas sobre o que é exatamente a Terra de Miranda em seus limites geográficos são problemáticas devido ao fato de se saber que no passado, mais precisamente no que corresponde à Idade Média, a Terra de Miranda ocupava ainda maior extensão, segundo Vasconcellos (1900, p. 36-37). Isso significa dizer que conforme o compartilhamento dos elementos identitários foi se perdendo ao longo do tempo por algumas comunidades, também foi se modificando a noção do que é a Terra de Miranda até para os locais. Por conta disso, para evitar a mistura de definições, assumo Terra de Miranda neste trabalho apenas pelo seu domínio linguístico atual, conforme Mapa 1². Isso corresponde a todas as aldeias do Concelho de Miranda do Douro (com exceção de Atenor e Teixeira) e duas aldeias do Concelho de Vimioso (Vilar Seco e Angueira).

¹Admite-se aqui o conceito de diglossia como uma coexistência não harmoniosa entre duas "variedades linguísticas", sendo uma língua a "língua dominante" (língua alta/A) e "língua dominada" (língua baixa/B). Adiante abordo melhor o conceito.

²Destaco, porém, que aparecerão menções de intelectuais aos elementos identitários. No entanto, toda vez que a autora se manifestar sobre a Terra de Miranda, assume-se apenas o domínio linguístico conforme mencionado

Mapa 1 — Enquadramento linguístico do mirandês



Fonte: Meirinhos (2014, p. 62)

As fronteiras Sul e Norte são de difícil precisão. Ferreira (2005, p. 11) descreve que o norte de Paradela é onde começa o que chama-se de raia seca, ou seja, onde o recorte não é mais feito através dos rios (divisa conhecida como *raia molhada*). Essa fronteira, que coincide com a fronteira política com a Espanha, possui 22 km de comprimento, e, por não ter a barreira hidrográfica como impedimento, é natural que os moradores da região tenham facilidade de atravessar e se relacionar com o país vizinho³. A Sul/Sudoeste, Meirinhos (2014, p. 17) refere-se ao planalto de Lagoaça/Fornos como uma fronteira natural possível para se pensar o domínio da Terra de Miranda.

³É possível perceber a fragilidade das fronteiras em alguns relatos disponibilizados na internet em buscas rápidas. Deixo aqui um produzido pela TV SIC (Portugal) a respeito da terra de Paradela. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZwclK4sSrxs>. Acesso em 03/09/2020.

2.2.1 Situação de diglossia

Um célebre autor que apresenta o conceito de diglossia é Charles A. Ferguson. Segundo ele, o termo "diglossia" foi adaptado para a língua inglesa, mas tem origem no francês, e era utilizado na literatura especializada para descrever situações linguísticas em que há uma variedade se sobrepondo a outra. Conforme Ferguson, diglossia não é uma fase que ocorre sempre e em algum momento de um determinado ponto numa suposta evolução das línguas - como no processo de padronização (FERGUSON, 1959, p. 326-327).

Para referenciar o sistema da diglossia e criar uma nomenclatura própria, Ferguson nomeou de "A" (alta) a variedade superposta e "B" (baixa) os chamados dialetos regionais, tudo isso em termos de função social da linguagem. Ao tomar essa nomeação, assumimos que, no caso do mirandês, temos em "A" a língua portuguesa – sendo essa a língua do Estado -, e "B" o próprio mirandês.

Seguindo sua proposta, as situações de diglossia podem ser relacionadas conforme um conjunto de características que dispõem, sendo elas:

1) Uma especialização das funções das variedades A e B.

No que se refere à especialização das funções das línguas, o autor seleciona quais gêneros do discurso estão associados a cada escolha que o falante deverá fazer, conforme pode ser visto no Quadro 1 (apêndice 1). Há várias publicações que corroboram essa afirmação quando se trata da língua mirandesa, uma delas diz que:

“A língua mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a língua do lar, do campo e do amor: com um estranho o aldeão fala logo português. Como porém em Duas Igrejas todos sabiam que eu ia, falavam mirandês comigo, e, quando eu por acaso lhes dirigia a palavra nesta última língua, eles riam-se muito, porque achavam o caso um pouco singular”
(VASCONCELLOS, 1900, p. 12)

Fora do campo dos estudos linguísticos também há produções literárias que reforçam essa especialização das variedades. É o caso do poema intitulado “lhéngua”, de Francisco Niebro (pseudônimo de Amadeu Ferreira), que põe lado a

lado os lugares ocupados por cada variedade. Assim, segue um trecho da referida produção:

“[...]An casa/na escola
Acerca/rezar doutores gente de fora
Sonhar/falar acordado
Sangre/pele
Boç/escrita livros jornais
Silenço/cartas
Silenço/rádio
Silenço/televisão
Sendin/Miranda do Douro Finanças Notário Tribunal
Tierra de Miranda/Portugal mundo[...]”
(NIEBRO, 2001 citado por BAUTISTA, 2009, p. 35)

2) A variedade A tem um prestígio social que é maior que a variedade

B.

Ferguson sinaliza que eventualmente esse tipo de sentimento sobre as línguas é tão forte que somente A é considerado real enquanto o B é tido como “não existente”. Ou, até mesmo quando esse sentimento não é tão forte, ainda assim a variedade A goza de uma beleza e uma capacidade lógica que B não consegue alcançar, segundo os indivíduos que estão nessa comunidade, e isso corrobora a ideia do autor que sugere que há casos em que a superioridade de A tem relação direta com a religião (FERGUSON, 1959, p. 7).

Vasconcellos (1900, p. 12) também indicou que essa situação ocorria dentro da Terra de Miranda, uma vez que durante sua visita, viu que “com uma espécie de modéstia os habitantes de Duas Igrejas dizem que quem fala mirandês *fala mal, fala charro*, e que quem fala português, *fala grabe, ou em grabe*”, colocando as duas línguas em contraste. E Vasconcellos (1900, p. 13) conclui que “quando num país, ao lado do idioma literário e nacional, se falam idiomas só de uso popular [...] há uma expressão de desprezo para a linguagem tida como menos culta”.

3) A variedade A possui uma larga literatura que é mantida com estima pela sua comunidade de fala.

Nessa situação, a literatura pode ter sido produzida por um longo tempo da história da comunidade e/ou estar em produção na contemporaneidade, onde A é a variedade padrão para a apresentação dessa literatura.

No caso da língua mirandesa, a literatura vai ser discussão durante todo o processo de transição para a modalidade oral, até momentos posteriores a 18

Convenção Ortográfica. No entanto, sabe-se que a comunidade sempre foi muito rica em termos de literatura oral.

4) A variedade A é, de maneira geral, introduzida pela escola, enquanto a variedade B é adquirida como primeira língua.

O autor aponta que a variedade B é aprendida no nível familiar, sendo mais utilizada de adultos para crianças, e entre as próprias crianças. Enquanto a variedade A é aprendida na escola e, portanto, alcança níveis de refinamento sobre conceitos gramaticais que não é aprendido nas falas da variedade B – uma vez que esses indivíduos aprendem B sem discussão explícita de “normas” e conceitos gramaticais (FERGUSON, 1959, p. 8).

5) A variedade A possui tradição gramatical e vasta pesquisa documentada.

Nesse caso, é possível destacar que muitas vezes as pesquisas sobre a variedade B foram realizadas primeiro no mundo acadêmico exterior a comunidade de fala, e escritos em outras línguas/variedades que não são aquelas estudadas.

6) A diglossia tende a ser uma situação estável e que, portanto, pode perdurar por vários séculos.

Nas comunidades de fala onde aparecem tensões comunicativas, podem surgir formas intermediárias pouco codificadas e instáveis, que podem tomar por empréstimo vocabulários de A e B (FERGUSON, 1959, p. 9), portanto, tem como resultado uma estabilidade da situação diglósica.

7) As duas variedades possuem estruturas gramaticais distintas.

O importante aqui é destacar que, segundo Ferguson, essas diferenças sempre acontecem. Em situações de diglossia, portanto, apresenta-se em A categorias gramaticais que não estão em B, e um sistema flexional de nomes e verbos que é reduzido ou completamente ausente em B (FERGUSON, 1959, p. 10).

8) A e B possuem um léxico compartilhado, mas com suas variações.

Essas variações referem-se a diferença de usos e significados. Porém, é importante colocar que termos técnicos, por exemplo, podem ser encontrados apenas na variedade A – sem equivalentes em B, porque em geral se tratam de assuntos que não são discutidos nesta variedade. Enquanto em B podem ocorrer vocabulários muito ligados a situação da casa e da família que não tenham também equivalente em A. Portanto, é certo afirmar que as variações se referem à função social que cada língua ocupa. Uma vez que há gêneros específicos para cada língua, há também vocabulários que se diferenciam.

9) Possui uma fonologia relativamente diferente, mas que é impossível de se fazer generalizações para todos os casos.

Apesar de todo esse conjunto de características ser colocado para compreender as relações estruturais da diglossia, o autor aponta que há apenas três características necessárias ao desenvolvimento da diglossia dentro de uma comunidade. São elas: 1) Há um corpo literário em uma linguagem intimamente relacionada ou até mesmo idêntica à linguagem natural da comunidade. E essa literatura deve, em alguma medida, incorporar alguns valores fundamentais dos falantes; 2) A alfabetização da comunidade é limitada a um pequeno grupo de indivíduos, que em geral são parte da elite local; 3) Uma considerável porção de tempo passa entre o estabelecimento das situações 1 e 2 dessa lista (FERGUSON, 1959, p. 15).

Cerca de uma década mais tarde vai aparecer a diferenciação entre a dimensão individual do bilinguismo e a dimensão social da diglossia, introduzido por Fishman. Em seu artigo, o autor afirma que "a relação entre bilinguismo individual e diglossia social está longe de ser necessária ou causal, ou seja, qualquer fenômeno pode ocorrer com ou sem o outro" (FISHMAN, 1967, p. 15). Passa-se, portanto, a um grau de detalhamento maior sobre o que é o bilinguismo dentro das sociedades.

Nesse sentido, haveria quatro situações sociolinguísticas possíveis para a relação entre bilinguismo e diglossia nos âmbitos sociais e individuais, sendo:

- 1) Tanto bilinguismo quanto diglossia
- 2) Diglossia sem o bilinguismo
- 3) Bilinguismo sem a diglossia
- 4) Nem bilinguismo tampouco diglossia

Para efeitos de análise da língua mirandesa, vou me ater apenas aos dois primeiros conceitos que estão relacionados à história da língua e discutir como esse tipo de abordagem abre espaço para um planejamento de invenção de língua.

No conceito de diglossia com bilinguismo há duas línguas com diferenciação em suas funções sociais. Lagares (2018) aponta que essas sociedades fazem distribuição dos usos das línguas de forma relativamente estável, e de maneira hierarquizada. Como exemplo para essa situação, dado por Fishman, há o Paraguai em que se mantém a diglossia entre espanhol e guarani. Porém, um importante apêndice é dado por Lagares:

"[...] também há falantes monolíngues em ambas as línguas, que entre os monolíngues a maioria são falantes de castelhano (os falantes de guarani precisam mais do castelhano para viver nessa sociedade do que os falantes de castelhano precisam do guarani), que os falantes monolíngues de castelhano utilizam a língua alta para todas as funções sociais, também consideradas baixas" (LAGARES, 2018, p. 130).

Já no conceito de diglossia sem bilinguismo temos uma sociedade que é, segundo Fishman, unificada em sua política interna, economia e religião, mas que possui algum tipo de cisão no aspecto sociocultural. Lagares destaca que essa situação de diglossia sem bilinguismo pode conviver com a diglossia com bilinguismo. Entram nessa categoria as línguas regionais minoritárias em contexto europeu pré-guerra mundial (usadas por monolíngues sem domínio da língua nacional) e países africanos em que há clara separação entre sociedades rurais (falantes de línguas nativas) e urbanizadas (falantes da língua da colonização).

3 O MIRANDÊS NA MODALIDADE ESCRITA

Antes que se comece a análise propriamente dita do mirandês enquanto modalidade escrita, é preciso pontuar que os direitos linguísticos da comunidade mirandesa só foram aprovados quando estiveram sob o amparo dado por um documento oficial, a Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, que tinha como objetivo imediato "estabelecer critérios unitários, sistemáticos, claros e económicos para escrever e ler em mirandês" (FERREIRA et al., 1999, p. 6). Mas que tinha como prioridade maior ser um fator de contribuição para a permanência do mirandês enquanto uma língua viva.

Esses critérios mencionados não foram construídos naquele momento em que se buscava a Convenção Ortográfica, mas foi um trabalho de coleta e lapidação de anos de pesquisa por vários linguistas, falantes da língua ou, até mesmo, observadores do sistema - há na história da escrita da língua mirandesa alguns autores que não são nem linguistas e nem falantes nativos, mas que exercem algum tipo de ocupação importante dentro da comunidade da Terra de Miranda. Todos esses movimentos, que duraram aproximadamente um século, convergiram no sentido da aprovação da lei nº 7/99.

A partir desse ponto, o presente trabalho tenciona a relação entre a aprovação dos direitos linguísticos do mirandês e a necessidade de se ter uma Convenção Ortográfica. Não por acaso, parece que a oficialização permitiu a mobilização de maiores engajamentos na luta em favor do avivamento da língua, por meio, por exemplo, de ações de promoção e difusão, como o próprio ensino, festivais literários e culturais, publicações de livros e traduções, rádios, inserção no meio eletrônico – através de jornais on-line, tradutores virtuais, páginas como a Biquipédia e outros. Enfim, procurando também se inserir nesse mundo globalizado, por conta também das pressões externas, como a concorrência com o português e o castelhano.

3.1 VOZES DE AUTORIDADE

Para relacionar a trajetória da modalidade escrita da língua mirandesa junto das figuras de autoridade que nortearam esse processo, é preciso saber quem são os intelectuais que fazem parte dessa categoria e o porquê são assim considerados. Edward Said, em *Representações do Intelectual* (2005), apresenta duas concepções que ajudarão a elucidar as vozes de autoridade e que podem ser relacionados com a percepção foucaultiana sobre essa figura. As concepções apresentadas por Said partem de Gramsci e Julien Benda.

Segundo Said (2005), Gramsci assume que os intelectuais podem ser divididos em dois grandes grupos: 1º) os intelectuais tradicionais, que são aqueles que continuam a fazer a mesma coisa geração após geração (representado pelas figuras do professor, clérigo, administrador e outros); 2º) os intelectuais orgânicos, aqueles que são ativamente envolvidos na sociedade e que, em geral, influenciam na mudança de comportamento com intuito de expandir mercados. Foucault (1989), por outro lado, tinha uma visão mais restritiva do intelectual universal, porque acreditava que essa figura, por ser interpretado como “dono da verdade e da justiça” (FOUCAULT, 1989, p. 8), tratava-se especialmente dos juristas/homens das leis. Enquanto os intelectuais orgânicos seriam aqueles que possuíam uma consciência mais concreta e imediata sobre as lutas da sociedade.

Por outro lado, Benda tinha uma definição mais transcendental do que seria a função do intelectual, uma vez que coloca que eles eram “um grupo minúsculo de reis-filósofos superdotados e com grande sentido moral, que constituem a consciência da humanidade” (apud Said, 2005, p.20). Nesse grupo de intelectuais, estariam figuras muito caras à cultura ocidental, como Sócrates e Jesus Cristo. O que Said destaca através dos textos de Benda é que há um problema relativo aos intelectuais, e esse problema reside no fato de que os intelectuais contemporâneos e posteriores a Benda concederam sua autoridade moral às “paixões coletivas” (assuntos como o sectarismo, nacionalismo, entre outros). E que essa subversão aconteceu quando os governos percebem que precisavam dos intelectuais para implementar algum tipo de política governamental.

Considerando as análises feitas por Gramsci e Benda, o primeiro parecia estar mais próximo da realidade, uma vez que é fácil de reconhecer os intelectuais orgânicos através das novas profissões que envolvem produção ou divulgação de conhecimento. A partir dessas novas profissões, parece acontecer um

“afunilamento” do conhecimento – o que Alvin Gouldner (1979, p. 28-3, citado por SAID, 2005, p. 24) chama de cultura do discurso crítico -, onde os intelectuais cada dia se especializam mais nas áreas em que trabalham. Essa cultura trouxe a utilização de um jargão próprio (linguagem especializada), e que pode ser utilizado por outros membros da área – o que é incompreensível para pessoas não conhecedoras de determinado assunto. Com relação a isso, Michel Foucault introduz a ideia de que “o intelectual universal viu seu lugar tomado pelo intelectual específico” (1980, p. 127-8, citado por SAID, 2005, p. 24). Essa nova categoria da figura do intelectual conseguiu, por sua vez, se conectar melhor com as massas. Isso porque, segundo Foucault (1989), as condições de trabalho e de vida deles forneciam subsídios para apresentar os problemas específicos (referentes a cultura do discurso crítico), e fazia com que eles tivessem uma ligação mais estreita com o meio em que viviam.

Nesse sentido, a questão da linguagem especializada também foi um tema importante para Makoni e Pennycook, no artigo Desinventando e (Re)constituindo línguas, quando partem da premissa de que “as línguas – e as metalinguagens usadas para descrevê-las são invenções” (2015, p. 3). Para os autores, quando se assume essa posição, se admite que: 1) as línguas foram inventadas como parte de um projeto colonial cristão; 2) há uma metalinguagem/regime metadiscursivo que também foi inventado; 3) os efeitos das invenções que partiram dessa visão nominal de língua tiveram efeitos diretos nas políticas linguísticas, e como as pessoas foram levadas a se identificar com esses rótulos linguísticos (2015, p. 3).

Considerando essa relação entre linguagem especializada, metalinguagem e figuras de intelectuais que se envolveram no processo da implementação de uma língua mirandesa na modalidade escrita, alguns nomes já são evocados. Antonio Maria Mourinho, por exemplo, além de ser um grande artista popular da comunidade da Terra de Miranda e divulgador da cultura mirandesa, foi também pesquisador da língua e padre da região de Duas Igrejas. Também seguindo a ideia de intelectual tradicional, segundo a visão gramsciana apresentada por Said, temos o Pe. Moisés Pires, que participou da Convenção Ortográfica da língua mirandesa e da primeira adenda feita à Convenção, bem como participou de discussões públicas com Amadeu Ferreira – um advogado e escritor de língua mirandesa, que participou da construção do documento da 1ª adenda – em jornais da região de Trás-Os-Montes.

Há também, nesse sentido, intelectuais tradicionais que não participaram propriamente de um projeto cristão, mas que, através de endosso da linguagem especializada, fortaleceram a ideia de que há uma situação diglósica na região que pode ser articulada. Aqui temos, por exemplo, José Leite de Vasconcellos, linguista português que fez a descrição da gramática mirandesa e a classificou, pela primeira vez, na categoria de língua, e não mais de linguagem.

Entre os intelectuais orgânicos que contribuíram para a história da escrita mirandesa também está Albino de Moraes – funcionário do governo português da área da educação -, que iniciou a história do mirandês escrito através do processo de ensino de línguas, que julgava inadequado para a região da Terra de Miranda.

Em uma conversa com Deleuze, Foucault (1989) dá destaque para a politização do intelectual e, alinhando-se às ideias posteriormente colhidas de Gramsci e Benda por Said, diz que a politização se faz a partir de dois itens: 1) da posição do intelectual na sociedade burguesa e, portanto, dentro do sistema de produção capitalista – podendo aqui ser relacionado ao intelectual orgânico; 2) em seu próprio discurso enquanto revela uma verdade. Foucault destaca que essas duas formas de politização não se chocam todo o tempo, mas também não são necessariamente coincidentes.

A partir disso, Foucault direciona sua atenção às questões de poder que envolvem o trabalho do intelectual. Onde conclui que:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1989, p. 71).

É importante ressaltar, portanto, que a “verdade” é tida para Foucault (1989) como produtora de “efeitos regulamentados de poder” e que,

portanto, há tipos de discurso que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Por conta disso, Foucault interpreta que há cinco características da “economia da verdade” que são importantes. A verdade é: 1) centrada na forma de discurso científico; 2) submetida a incitação econômica e política; 3) objeto de consumo; 4) produzida e transmitida por aparelhos políticos; 5) objeto de debate político e confronto social. Nesse sentido, o trabalho aponta para a demonstração de que os discursos produzidos por intelectuais tentam sempre ir ao encontro das cinco características demonstradas por Foucault, na invenção e promoção da língua mirandesa escrita. Said (2005, p. 34) sinaliza, através de uma citação de C. Wright Mills, que esse sistema de poder demonstrado por Foucault faz parte da política e do tempo em que o intelectual vive, ou, como Said apresenta, "os intelectuais pertencem ao seu tempo" (SAID, 2005, p. 34). Dessa forma, a figura do intelectual é permeada pelo tempo, pela história e pela sociedade em que vive, mas também deve fazer parte da função do intelectual subverter essa ordem.

A mudança da ordem vigente, pelo que propõe Said (2005, p. 39), passa pelo problema da língua. Ao mesmo tempo que a língua nacional é veículo do seu pensamento, ela também é o sistema pelo qual a comunidade vai tentar preservar o status quo e garantir que as formas de expressão evoluam apenas de maneira suave.

Nas próximas seções abordo com mais detalhes a produção dos intelectuais que se envolveram com as discussões sobre a língua mirandesa escrita.

3.1.1 Embate Ferreira-Vasconcellos e a identidade mirandesa

Por questões de cronologia, começarei a análise a partir da obra de Albino Ferreira. São poucos os anos que separam as produções de Albino Ferreira e J. Leite de Vasconcellos. A primeira publicação foi dada por Leite de Vasconcellos em 1882, em um opúsculo chamado "O Dialecto Mirandez". Como é possível perceber pelo título da publicação, Leite de Vasconcellos ainda tomava o mirandês como um

dialeto da região. Pouco tempo depois, em 1898, Albino Ferreira faz a publicação de "Dialecto Mirandez". E, por fim, em 1900 e 1901, saem os dois volumes dos "Estudos de Philologia Mirandesa" de Leite de Vasconcellos.

Poucas informações estão disponíveis sobre quem foi Albino José de Moraes Ferreira, porém é certo e importante afirmar aquilo que está na abertura de sua obra. Albino Ferreira foi um funcionário do governo português. Exerceu o cargo de adjunto no comissariado de instrução primária de Lisboa (o que correspondente ao ciclo primário de estudos). Também atuou como diretor do Instituto João de Deus, foi tradutor e propagandista da Cartilha Maternal na Espanha e é o autor do "Dialecto Mirandez" (1898) – a referida obra analisada.

Em seu texto, Albino Ferreira menciona que o que motivou a escrever a gramática é o fato de ter procurado nas livrarias de Miranda do Douro algum registro do mirandês e que não havia encontrado "qualquer escrito naquela linguagem" (1898, p.11) – segundo ele, essa situação ocorreu durante o período do Centenário da Índia, no ano de 1898 – a data da publicação de sua obra coincide, portanto, com o ano do Centenário, o que pode ter dado certa desconfiança em Leite de Vasconcellos, uma vez que ele sugere que há uma proximidade muito grande entre o título de sua primeira produção sobre a língua mirandesa, em 1892, e o livro de Albino Ferreira (VASCONCELLOS, 1900, p. 11-12).

Destaco, porém, que diferentemente do que sugere Albino Ferreira, durante o processo de construção da gramática já havia incipientes registros escritos do mirandês – demonstrados, inclusive, por Vasconcellos (1900, p. 8, 21, 26-31) – que inclui, em maior parte, traduções de livros bíblicos. Conforme Correia e Ferreira (2013):

"A literatura constitui-se, portanto, como um importante instrumento de regulação dos usos linguísticos e o uso da língua que é feito pelos autores literários que constituem o cânone é tomado como fundamento e justificação de outros instrumentos de regulação" (CORREIA; FERREIRA, 2013, p. 300).

Tendo essa relação entre cânone e norma, é possível perceber a intenção da obra de Albino Ferreira e o discurso da falta de um grande corpus literário em mirandês. O autor sugere que, por conta disso, há também a falta de um "diapasão", ou seja, cada autor ou tradutor do mirandês seguiria normas de escrita conforme os

convém – e, pensando que há variedades dentro do mirandês, como já mencionado na seção sobre a modalidade oral, esse seria um problema a ser solucionado através de uma gramática. Uma vez que "as gramáticas são um instrumento privilegiado de regulação. [...] Elas acabam por se constituir como guias de uso correto da língua" (CORREIA; FERREIRA, 2013, p. 300).

A grande questão que permeia o discurso de Albino Ferreira é, logo, o mirandês escrito. Não demora muito para que no prefácio do livro apareça a razão: o ensino. Para justificar o fenômeno das variedades ocorridas na Terra de Miranda, Albino parte de dois princípios vistos por ele naquela sociedade: 1) em grande parte o povo mirandês era composto por pessoas "quase sem instrução"; 2) há um *continuum linguístico*, onde a "linguagem" quando se afasta da fronteira espanhola deixa de ser influenciada por ela e passa a se aproximar da vernaculidade do português (FERREIRA, 1898, p. 12).

Tendo em vista que a primeira justificativa poderia ser moldada, ao contrário da segunda, Albino Ferreira propõe que seu livro sirva como uma obra onde possa confluir a gramática dessa linguagem – sem mais ter diferentes tipos de grafia, e que a partir disso se parta para o processo de alfabetização daquele povo. Ferreira descreve o povo mirandês com três adjetivos: "robustos, inteligentes e por vezes epigramáticos" (FERREIRA, 1898, p. 13). E assim conclui que "cultivados estes cérebros, muito utilizaria a sociedade portuguesa" (FERREIRA, 1898, p.13).

É importante ressaltar, no entanto, que Albino Ferreira não se referia ao mirandês enquanto língua, mas como uma linguagem que poderia ser um facilitador no processo de aprendizagem da leitura, uma vez que ele acreditava que a grande dificuldade residia no fato de que os professores da região possuíam uma diferença de linguagem com relação aos seus alunos (FERREIRA, 1898, p. 27). Há um movimento, portanto, da utilização desse modo de falar como suporte ao ensino, mas tendo em vista que essa linguagem precisava de "uma reforma subordinada a determinadas regras para uniformidade na escrita, em favor da causa verdadeiramente simpática aos obreiros da instrução" (FERREIRA, 1898, p. 29). Para relacionar com o planejamento linguístico, Calvet apresenta uma situação quase similar ao que acontecia no caso da língua mirandesa.

“De fato, se todas as línguas são iguais aos olhos dos linguistas, essa igualdade se situa num nível de princípios, isto é, num nível extremamente abstrato. Mas, na realidade, todas as línguas não podem cumprir, igualmente, as mesmas funções. Por exemplo, é claro que uma língua ágrafa não pode ser veículo de uma campanha de alfabetização[...]”. (CALVET, 2007, p. 62).

Até o referido momento, não havia nenhum movimento que considerasse aquela "linguagem" como um problema a ser resolvido, porém Albino Ferreira dá início a essa tendência de interpretação, bem como mencionado nas leituras de Ferguson (1959). Essa tendência, segundo o autor, aponta para uma “alfabetização mais difundida (seja por razões econômicas, ideológicas ou outras)” (FERREIRA, 1898, p. 15). No entanto, Ferguson apontou que quando essas tendências apareciam, os líderes da comunidade começavam a pedir por uma unificação da língua. Porém, o mirandês tomou o caminho oposto, uma vez que J. Leite de Vasconcellos “demonstrou” ser uma língua diferente – através do uso da linguagem especializada e da sua posição enquanto intelectual das letras, uma posição que Albino de Ferreira não dispunha.

Como foi mencionado no início da seção, Albino Ferreira era um funcionário de educação do governo português. Dessa forma, em alguma medida, respondia pelo Estado. Porém, destaca que não é a pessoa adequada para esse tipo de trabalho e que não dispõe dos “créditos conquistados nas letras” (FERREIRA, 1898, p. 10), mas ainda assim assume que não cabe somente às Academias e governos que decretam a adoção de um meio para se ler mais brevemente. O papel dessas instituições seria a de sancionar as propostas dadas pelos portugueses.

Calvet (2007, p. 61) discute que, nesse sentido, “a partir do momento em que um Estado se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber de que meios ele dispõe para isso”. Portanto, deve-se passar para o estágio de equipamento das línguas, ou seja, dar algum tipo de apoio para que a língua possa cumprir a função social que, no caso, é a de facilitadora da leitura, segundo a concepção de Albino Ferreira.

É interessante perceber que há nas leituras contemporâneas intelectuais que fazem contraposição ao argumento dado por Albino Ferreira em favor dessa linguagem da comunidade como meio facilitador da leitura. Ferreira e Martins (2016,

p. 130), por exemplo, destacam que, no caso da língua mirandesa e de outras línguas minoritárias, o fato de ser uma língua minorizada faz com que haja um declínio no número de falantes conforme a crescente escolarização das gerações mais jovens. Outro autor, Ferreira (2011), aponta que a ameaça na sobrevivência da língua mirandesa se dá por fatores internos, “em particular a desertificação da região onde se fala e o enfraquecimento do modo de transmissão familiar”, e por fatores externos, “resultantes da pressão exercida pelos meios de comunicação social, pela escola e pelos meios considerados de sucesso econômico, em particular a empregabilidade”.

Ao contrário de Albino Ferreira, José Leite de Vasconcellos possui diversos registros sobre seus trabalhos e sua carreira enquanto profissional. Destaco aqui períodos que contribuíram para a obra “Estudos de Philologia Mirandesa” que será analisada. Portanto, é interessante ter em vista que a primeira formação de J. Leite de Vasconcellos é a de médico e, ainda que ele tenha exercido a profissão por apenas um ano, é suposto acreditar que isso tenha refletido em trabalhos posteriores. Sua tese, no entanto, versa sobre “a evolução da linguagem” (sendo esse inclusive o título do trabalho). Ao longo dos anos, Leite de Vasconcellos vai migrando para as áreas da filologia e da arqueologia. Em 1901, um ano após a publicação do primeiro volume da obra sobre a língua mirandesa, doutorou-se em filologia na Universidade de Paris, com menção de honras e, por conta disso, tornou-se uma figura de prestígio e autoridade na área.

Como comentado anteriormente, Leite de Vasconcellos faz uma apreciação crítica a obra de Albino de Moraes em um preâmbulo de sua publicação, onde menciona saber que não é o primeiro a tentar construir uma gramática do mirandês e cita que há uma publicação anterior a sua e que é contrária as que já haviam na época, em que focavam mais em aspectos da literatura local - Leite de Vasconcellos reforça, portanto, a ideia de que existe uma literatura naquela região. No entanto, a apreciação feita é bastante severa da parte de Vasconcellos, uma vez que ele menciona que “o Sr. Albino, para organizar seus textos, não se deu ao trabalho de verificar no vivo cada vocábulo em especial, e se eles estavam também de acordo com a fonética. Escreveu ao acaso” (VASCONCELLOS, 1900, p. 24). Não foi encontrada nenhuma resposta documentada por parte de Albino Ferreira.

Ao final de sua apreciação, menciona também o fato de que Albino considera o mirandês como um dialeto “que se afasta de uma língua”, mas que em momento algum menciona de que língua se trata. É de se supor (palavras minhas, não de Ferreira), que baseado no que foi escrito sobre a ideia de continuum linguístico, o autor Ferreira considerasse o mirandês como um dialeto de uma língua de Espanha. Levanto essa hipótese por dois motivos: 1) assim como é assumido na atualidade, sabe-se que o mirandês está dentro do diassistema asturo-leonês, considerado inclusive pelo Atlas da Unesco das Línguas do Mundo em Perigo (MOSELEY, 2010) como um outro nome dado à língua asturiana; 2) A ideia já mencionada de que conforme a língua se afasta da fronteira espanhola, também os traços da “linguagem” sumiriam – dando então uma ideia de proximidade ao território espanhol; 3) Albino Ferreira divulgou a Cartilha Maternal de João de Deus na Espanha, e provavelmente conhecia a situação linguística da região.

Algo importante de se destacar é que, assim como Blommaert (1999, citado por MAKONI;PENYCOOK, 2015) aponta para uma "atitude de descoberta" em suas pesquisas, Vasconcellos desempenha esse papel do europeu que “descobre” algo – agora não sobre a África, mas sobre a própria Europa. A relação dada não é de colonizador/colonizado, mas de pertencimento ao Estado, uma vez que o afastamento da Terra de Miranda era tão grande, por conta de um suposto isolamento geográfico, que havia uma cisão no aspecto sociocultural (conforme mencionado na discussão sobre bilinguismo e diglossia). É possível perceber isso em sua obra, quando menciona que:

“Não decorreram muitos dias que eu não estivesse em ótimas relações de amizade com o feliz estudante que falava a língua de Miranda [...] por cujo intermédio pude adicionar à carta linguística da Europa neo-latina mais um elemento” (VASCONCELLOS, 1900, p. 4).

Como é mostrado por Vasconcellos, os primeiros esboços criados sobre as características do mirandês foram feitos a partir de uma coleta de dados de um falante único, que era seu parceiro de estudos. Com esses dados em mãos, criou em 1882 o opúsculo já mencionado, chamado de "O Dialecto Mirandez" e, a partir

desse ponto, se interessou pela ideia de visitar a Terra de Miranda e coletar mais informações, e assim o fez em suas férias.

Em seu texto, Vasconcellos discorre por quatro páginas a dificuldade de acessar o local onde se fala a língua - como um reforço da ideia de distanciamento, e, ao mesmo tempo, correspondendo a ideia de Said (1985 citado por MAKONI; PENNYCOOK, 2015) sobre a noção de *ter estado lá*. Nesse sentido, é possível recuperar em Makoni e Pennycook (2015, p. 13), com adaptações, quando mencionam que "independente da duração da estadia ou da natureza da associação" isso foi suficiente para que Vasconcellos "reivindicasse o 'conhecimento' da língua e da cultura nativa".

No final do século XIX e início do XX, correspondente ao período de publicação de Vasconcellos, aconteceu o ápice das tradições europeias inventadas, segundo Ranger (1983, p. 211 citado por MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p. 16). Assim, deu-se uma sucessão de novos regimes metadiscursivos nesse período, seguindo os padrões do pensamento central europeu. Nesse sentido, há uma preocupação em reescrever a história para alinhar esses lugares à sua própria imagem - no caso, a imagem de Portugal.

Assim como Makoni e Pennycook (2015, p. 17) mostram, há essa preocupação em decidir também as fronteiras que estabelecem o que é língua e o que é dialeto. Através da apresentação das ideias de Grierson, ou autores citam que "os dialetos tendiam a ser considerados formas faladas e as línguas recebiam um status especial de acordo com certos critérios, como similaridades regionais, famílias linguísticas ou formas literárias" (citado por MAKONI; PENNYCOOK, 2015, p.17).

Conforme o que aconteceu em situações de colonização, o mirandês foi descrito primeiramente por alguém "de fora" da comunidade, não sendo, necessariamente, um estrangeiro – ou colonizador, mas um cidadão português. E, ainda assim, passou por estágios similares às línguas nativas em lugares de colonização. A base da descrição do mirandês passou a ser, portanto, uma relação entre as diferenças vistas entre o português-mirandês e mirandês-espanhol, tendo em vista estava em um entre-lugar, como uma espécie de uma "fronteira" entre duas grandes línguas - línguas de colonização.

Por essa razão, é possível entender o motivo pelo qual Vasconcellos começa seus estudos interpretando o mirandês enquanto dialeto, e, conforme o tempo foi

passando e as pesquisas se aprofundando, foi rearranjando o mirandês como uma língua - e, embora com o status de língua se tomasse uma certa "independência" do português, assim aconteceria também com relação ao espanhol, mesmo que isso não fosse algo planejado pelo linguista. Isso corroborou um discurso de afastamento do mirandês com relação a língua espanhola.

Para além das discussões sobre o status do mirandês, Meirinhos (2014, p. 39) demonstra que Vasconcellos inicia o que se chama de "perspectiva clássica" sobre o que é a Terra de Miranda, a partir da análise dos elementos identitários. Isso porque, conforme foi visto na seção sobre a modalidade oral, a região não é traçada apenas por um arranjo geográfico. Meirinhos recupera no texto de Leite de Vasconcellos (1990, p. 40) a ideia de que a Terra de Miranda se identificaria por princípios: 1) históricos; 2) de geografia física; 3) etnográficos/filológicos - essa descrição vai dar subsídios para as descrições vindouras nas perspectivas acadêmicas. Portanto, a partir de uma análise ampla sobre a Terra de Miranda, outros pesquisadores vão manter um regime metadiscursivo iniciado por Vasconcellos.

Meirinhos fez uma investigação sobre os elementos identitários da Terra de Miranda e indicou que do ponto de vista histórico J. Leite de Vasconcellos atribuiu a "Terra de Miranda" como um termo que teve seu nascimento na Idade Média. Nesse sentido, "Terra significava distrito administrativo, militar e judicial" (VASCONCELLOS, 1900, p. 40), e essas Terras eram delimitadas levando "em conta aspectos geográficos e etnográficos" (MEIRINHOS, 2014, p. 39), e portanto, dando fundamento para a ideia de que Miranda era uma região com traços culturais distintos.

Do ponto de vista geográfico, como foi mencionado na seção sobre a modalidade oral, é difícil estabelecer limites naturais. Vasconcellos faz isso recuperando documentos antigos com registros sobre a região, a saber:

"Num extremo de Portugal, entre a Espanha ao norte e a nascente, separada desta orientalmente pelo Douro, e em contato com outras regiões importantes, de que já os antigos documentos falam, a saber, a de Vimioso a poente, e a de Mogadouro ao sul" (VASCONCELLOS, 1900, p. 41).

Pelos pressupostos filológicos e etnográficos sugeridos por Vasconcellos (1900, p. 43-45), o elemento primordial era a língua. Porém, foram mencionados também o vestuário próprio dos habitantes - sendo a capa de honras o grande destaque, e a dança "dos paulitos". Meirinhos conclui com isso o que havia sido mencionado na seção 2, de que "a Terra de Miranda era uma denominação que podia servir para diferentes espaços, correspondente a distintas análises (histórica, geográfica, etnográfica, linguística) não obrigatoriamente coincidentes (MEIRINHOS, 2014, p. 42).

A seguir, continuo a análise sobre esses regimes metadiscursivos associados ao mirandês, a partir de um novo olhar para a cultura da região.

3.1.2 Pe. António Maria Mourinho e a expansão da cultura

“O mirandês é o caso flagrante para não dizer espectacular - e se o dissesse não mentiria - em que um idioma conseguiu sobreviver quase no fim do prazo da sua aceitação. Ora isso deveu-se, por muito que custe a muito boa gente, não só ao direito consuetudinário do povo mirandês, mas sobretudo a um homem teimoso, sacerdote não só da Igreja Católica como da própria Cultura Mirandesa, que passou a maior parte da sua vida a entrincheirar elementos e argumentos para garantir o raio dessa sobrevivência. E aguentou-se no barco até ao desespero” (CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO, 2004, p. 3)

A citação proferida por Moutinho, mostra que o Pe. António Maria Mourinho não figura a lista de intelectuais que endossaram a ideia de um mirandês escrito somente por suas contribuições à gramática do mirandês ou publicações sobre linguística, mas também pelo seu empenho na difusão da cultura mirandesa pelo mundo. Além dos seus trabalhos no meio da teologia, a outra parte de sua produção pode ser dividida em duas áreas: 1) campo da arte; 2) campo das investigações científicas. Apesar de parecerem ser dois tipos de produções muito distantes entre si, Mourinho consegue articulá-las em defesa da comunidade e da língua.

Sua trajetória começa em 1930, quando como seminarista trabalha na área teologia e, dentro do seminário, assume funções também como professor de história

de Portugal - mais tarde ele buscou fazer a sua licenciatura na área. E em 1942, tornou-se padre na freguesia de Duas Igrejas, onde ganhou certa influência, e conseguiu uma estreia também enquanto escritor de poemas. Em anos seguintes faz sua primeira publicação sobre a língua mirandesa, resultado de suas investigações próprias. Em 1960, publicou estudo sobre “diversidades dialetais do mirandês”. Mas, como mencionado, não se limitou apenas a esse campo. Aos poucos foi dedicando-se com mais afinco às causas relacionadas a expansão da cultura mirandesa.

Meirinhos (2014, p. 47), em sua investigação sobre os elementos identitários da Terra de Miranda, indicou que do ponto de vista histórico, assim como J. Leite de Vasconcellos, que atribuiu a “Terra de Miranda” como uma unidade administrativa da Idade Média, Antonio Maria Mourinho, pelas perspectivas acadêmicas, seguiu com esse discurso. Mourinho também reforçou a ideia de que houve um isolamento da região, que garantiu a individualização e homogeneidade da Terra de Miranda, e que sua língua deveria ser considerada como patrimônio cultural por Portugal. No entanto, foi provavelmente o primeiro historiador a mencionar uma possível ligação entre a Terra de Miranda e a diáspora judaico-sefardita acontecida durante a Inquisição Espanhola⁴.

Sobre os aspectos filológicos, Mourinho reforçou por muitas vezes a ideia de um povo que falava várias línguas para além do mirandês. Segundo ele, “a gente de Miranda não era só bilíngue, pois falava o seu mirandês e a língua oficial o Português, mas também o castelhano e o galego, era quadrilíngue” (Mourinho A. M., 1993 citado por Meirinhos, 2014, p. 60).

Do ponto de vista etnográfico talvez tenha dado ainda mais contribuições, porque não ficou só no campo das pesquisas, como passou atuar diretamente dentro do país e fora dele. Em 1945, Mourinho fundou o Grupo Folclórico de Duas Igrejas, com o qual ganhou o Prêmio Europeu de arte popular mais tarde. A região de Duas Igrejas, já mencionada diversas vezes no trabalho de Vasconcellos (1900), passou a ser definitivamente o centro de difusão da cultura mirandesa. O alcance do grupo chegou a outros países, como na vizinha Espanha, na França, Alemanha,

⁴Por curiosidade: os judeus-sefarditas da região possuíam uma língua própria conhecida pelo nome de “ladino” (ou judeu-espanhol). Atualmente sem falantes nativos na Península Ibérica, mas que, pela indicação de Mourinho, pode ter deixado alguma influência na língua mirandesa.

Suíça, Áustria, Angola, Estados Unidos, Canadá e na região de Macau⁵. Sobre a dança dos Pauliteiros de Miranda, Mourinho dizia que "é algo de romano com tradições gregas. É guerreira, como se demonstra no bater de paus e no rodopiar dos componentes" (Mourinho A. M., 1984, pp. 465-466 citado por Meirinhos, 2014, p. 70). Apesar parecer um discurso inovador, na realidade Mourinho reforça falas que já teriam sido iniciadas até mesmo por Albino Ferreira, e outros pesquisadores. O interessante é notar Vasconcellos discorda dessa ligação, dizendo que "os romanos não tiveram a dança pírrica clássica" (VASCONCELLOS, 1900, p. 45).

As capas de honras, que foram mencionadas por Vasconcellos (1900), também foram comentadas e usada por Mourinho. Sabe-se através das características da produção a distinção na hierarquia social. O autor dizia que "o valor da capa de honras mede-se ou avalia-se pelo seu feitio e pelos dias (jeiras) que demora o alfaiate a fazê-la" (Mourinho A. M., 1991, p. 44 citado por Meirinhos, 2014, p. 65). Mourinho preocupou-se em descrever a qualidade do material que se utilizava, fez um levantamento dos alfaiates que produziam as capas, levou em consideração as aplicações que eram feitas e verificou quantas "jeiras" tinham as capas mais bem produzidas da região de Miranda.

⁵Há poucos registros em vídeo das apresentações feitas pelo grupo ainda na direção de Mourinho. Deixo aqui um disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=1AtdsdFa0r8>. Acesso em 28/11/2020.

Fotografia 1 — Mourinho com capa de honras



Fonte: Museu da Terra de Miranda

Entre 1945 e 1992 foi convidado para realizar inúmeras produções cinematográficas que levaram em conta os aspectos socioculturais da região, atuando, de certa maneira, como um "curador" da cultura mirandesa. Sua posição de prestígio dentro da comunidade fez com que Mourinho tivesse muitos reconhecimentos, ajudando, por exemplo, a fundar o Museu da Terra de Miranda, que tem respaldo pela lei nº 136/82, de 23 de abril. Para além disso, se tornou o primeiro diretor dessa instituição e foi convidado a participar dos contornos que se davam em torno da Convenção Ortográfica de Língua Mirandesa.

A seguir, abordo com mais detalhes a construção da língua mirandesa e das discussões que permearam o nascimento da língua mirandesa pelo direito linguístico.

3.1.3 A convenção ortográfica e o ensino do mirandês

O movimento para a construção de uma convenção ortográfica da língua mirandesa começou com o início do ensino da língua para crianças, em 1986, que foi encabeçado por Domingos Raposo. Manuela Barros Ferreira, uma linguista que participou da primeira proposta, sinalizou a dificuldade que era diminuir a distância que havia entre linguistas e escritores da língua, tendo em vista que “os escritores não tinham preparação para analisar a língua, enquanto os que a estudavam o faziam sempre do exterior, pois não a falavam” (BARROS, 2005, p.13). Destaco que, embora Mourinho fosse um participante da proposta de Convenção, não era um linguista. Barros também aponta que esse movimento do ensino para a Convenção Ortográfica foi possível porque foi impulsionado pela proteção das línguas minoritárias que começava a acontecer na Europa.

“Estávamos todos do mesmo lado na convicção de que havia dois modos essenciais de prestigiar a língua: primeiro, dotando-a de instrumentos que pusessem em evidência a sua diferença relativamente ao português, a sua individualidade e a sua gramaticalidade; e em seguida, através dessa

evidência, conseguir a aquisição de um estatuto legal que lhe permitisse afirmar-se livremente.” (FERREIRA, 2005, p. 14)

Barros afirma repetidas vezes ao longo de seu artigo o abismo que havia entre os falantes nativos e, portanto, conhecedores do idioma, e os linguistas. No entanto, ao contrário do que se esperava para essa situação, os linguistas estavam ali para atuar na função de mediadores do problema, e não mais de argumentadores para a construção de um discurso sobre a língua. Estavam "transformando" em consenso e linguagem técnica as discussões dos escritores que seriam disponibilizadas no documento da Convenção, como uma coleta de dados. Algo a ser destacado é que embora Barros comente sobre que “é certo que se tratava de uma língua sem tradição literária” (2005, p. 14), havia ali naquele momento um problema oposto ao que Albino Ferreira mencionava em 1898, ou seja, havia uma enormidade de modos de escrever - e os escritores nativos estavam se envolvendo com a discussão. A partir dessa perspectiva, retoma-se em partes àquilo que foi razão da investigação de Albino Ferreira, ou seja, era necessário uniformizar as variedades e fazer com que os mirandeses aceitassem essa proposta para dar continuidade ao ensino da língua.

As autoridades locais apoiaram a criação de uma proposta para a convenção ortográfica e permitiu que o grupo de linguistas se reunissem em três ocasiões com os escritores para que se fizessem debates. Eram participantes os autores: António Bárbolo Alves, Ivo Castro, Marcolino Fernandes, Manuela Barros Ferreira, Valdemar Gonçalves, Cristina Martins, Rita Marquilhas, António Maria Mourinho, Moisés Pires, Domingos Raposo e José Augusto Raposo. Todas as autoras são linguistas e falantes de língua portuguesa. Entre os homens, apenas Castro não era falante de mirandês.

Nesse sentido, em seis meses os linguistas deveriam ter o resultado da proposta, concluída em maio de 1995. O texto foi editado pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, impresso e distribuído para a comunidade local e linguistas estrangeiros, a fim de que se fizessem apreciações sobre o trabalho desenvolvido. Assim, foi a primeira vez em que a comunidade foi convidada a se juntar às pesquisas. Barros relata poucas respostas ao que foi sugerido, mas que houve um movimento por parte das Astúrias de que se escrevesse o mirandês conforme o

asturiano nos pontos em que converge com esta língua, e que se escrevesse como o português nos pontos em que converge com o português. Porém, considerando similaridades entre as três línguas onde o português e o asturiano assumem grafias próprias, seria muito difícil escolher qual grafia o mirandês deveria seguir. (2005, p. 15)

Assim que foram feitas correções ao texto e uma nova edição já estava se encaminhando para ser publicada em 1997, Dr. Júlio Meirinhos, um dos apoiadores da proposta, tornou-se deputado do parlamento e catapultou o processo para o reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade. Somente quando a língua foi oficializada, no ano de 1999, é que as novas autoridades locais se movimentaram com vistas a publicar a Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa e de fazer com que esse documento circulasse entre a população da Terra de Miranda.

Sobre a Convenção, Barros afirma que:

“Está escrita em português, dado que se destinava a escrever palavras patrimoniais e ainda não havia qualquer prática de adoção de neologismos. Ora, a metalinguagem utilizada, apesar de clássica, era inteiramente nova em mirandês e pressupunha a adoção de regras de adaptação de empréstimos que ainda não tinham sido minimamente estudadas. Além disso, a utilização do português facilitava a sua compreensão em todo o país” (FERREIRA, 2005, p. 16)

A partir desse discurso percebe-se que, embora os jovens da comunidade de Terra de Miranda já pudessem ter aulas em língua mirandesa, ainda não havia qualquer metalinguagem disponível em mirandês. Ou seja, passado quase um século desde o início dos estudos sobre sua gramática até o momento da Convenção, não havia categorias gramaticais em mirandês. Isso se deve, muito provavelmente, porque as publicações que eram feitas sobre a língua, do ponto de vista científico, faziam sempre parte de um movimento "de fora para fora", ou seja, de linguistas falantes de português para um público falante da mesma língua, ou "de dentro para fora", de mirandeses para falantes de português. Não havia, portanto, uma circulação interna das investigações sobre a língua.

Em uma análise do documento da Convenção Ortográfica, alguns pontos são interessantes de serem destacados: 1) a resposta dada as Astúrias sobre o sistema

de escrita mirandês não ter seguido o padrão asturiano; 2) a valorização das variedades do mirandês; 3) os objetivos imediatos que norteiam a Convenção Ortográfica.

Com relação ao item 1, o documento reconhece que o português e o mirandês vivem em uma situação de diglossia e que a língua mirandesa é uma variedade romance derivada de uma extensão geográfica antiga correspondente às Astúrias e Leão (Espanha). No entanto, a não adoção da norma ortográfica do asturiano se deve pelo fato de que, segundo o documento, a norma daquela língua é muito flexível ao ponto de dar "possibilidade de expressão de suas variedades", mas que não serviria ao mirandês dado que, apesar de fazerem parte de um mesmo continuum linguístico, eram permeadas por sistemas de ortografia distintos, uma vez que o asturiano sofria a influência do espanhol, e o mirandês do português.

O documento segue argumentando para o item 2, quando menciona que já há uma variação local própria da região da Terra de Miranda que precisaria estar refletido no código proposto, para que as pessoas pudessem se identificar e, portanto, aceitar a Convenção. Vale destacar que essas informações estão presentes na apresentação do documento e que, portanto, é de se imaginar que foi algum tipo de discussão que movimentou os autores, tendo em vista que os mirandeses chamados para participar eram de locais diferentes da Terra de Miranda e, logo, cada um carregaria as variações de seus locais de origem.

Embora a Convenção tenha sido lançada algum tempo depois do mirandês já estar na escola, inicialmente a procura era mínima pela disciplina. Conforme os anos foram passando, a procura aumentou. Segundo dados da Carta Educativa do Concelho de Miranda do Douro, em sua última atualização, referente ao ano letivo de 2019/2020, o crescimento de alunos foi de 65% comparado ao primeiro ano letivo de ensino da língua, 1987/88. No documento ainda consta que mesmo sendo lecionada há dez anos, teria sido só a partir do Despacho Normativo nº 35 de 5 de julho de 1999, que houve a regulamentação do direito à aprendizagem do mirandês. Aliás, foi esse o mesmo ano do reconhecimento oficial e da publicação da Convenção Ortográfica.

Quadro 1 — Evolução do número de alunos a frequentar a disciplina de língua e cultura mirandesa

	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Total

2016/2017	99	188	51	82	19	439
2017/2018	71	163	44	63	32	373
2018/2019	83	147	65	66	31	392
2019/2020	102	132	74	66	24	398

Fonte: Agrupamento de escolas de miranda do douro (p. 39)

Apesar do aumento da adesão às aulas de língua e cultura mirandesa, o Jornal O Público verificou no início do ano letivo de 2019/2020, que o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro (AEMD) estava solicitando a produção de manuais próprios para as aulas. António Santos, presidente da instituição comentou que:

“Na maioria das disciplinas, o Ministério [da Educação] assegura o empréstimo dos manuais escolares aos alunos. No caso do mirandês, são os professores a criar a suas próprias ferramentas e metodologias de ensino. A disciplina de Língua e Cultura Mirandesa torna-se numa situação complicada, porque não existem no mercado livros que possam ser adaptados para o ensino desta cadeira” (O Público, 2019).

Isso demonstra que, já passados mais de trinta anos desde o início da oferta de aprendizagem do mirandês ainda nada foi feito com relação a materiais próprios para o ensino, mesmo sabendo que foi essa oferta que supostamente motivou a Convenção Ortográfica a ser construída. Com isso, finalizo com o item 3, mostrando que, apesar dos objetivos imediatos da Convenção Ortográfica serem o "de estabelecer critérios unitários, sistemáticos, claros e económicos para escrever e ler em mirandês" (FERREIRA et al., 1999, p. 6), ainda assim não há um manual em que os jovens possam fazer consultas, e todo o ensino fica sob o comando dos professores.

Do ponto de vista do ensino de mirandês para adultos em Lisboa, na Casa de Trás-os-Montes, também há pedidos de um olhar mais cuidadoso por parte do Estado para as aulas de mirandês. A reportagem do Diário de Notícias (2019) mostra que apenas em Miranda do Douro há um professor oficial de língua mirandesa, e que, portanto, os demais são extra-oficiais. Pelas dificuldades que o ensino tem enfrentado, não é difícil encontrar discursos que questionam o por quê

da língua ter sido oficializada. É o caso do entrevistado Gerson Costa, um dos alunos da Casa Trás-os-Montes, quando diz que:

"Começa a haver literatura, as pessoas continuam a falar mirandês em casa, os mais velhos falam, mas para isso não era preciso ser uma língua oficial, não era preciso regulamentar. Para ser uma língua oficial, precisa de ser falada na Câmara Municipal, precisa de ser falada nas assembleias de Junta de Freguesia, precisa de ser falada no tribunal da cidade, e isso falta" Diário de Notícias (2019).

Apesar dessas falas na atualidade, é preciso pontuar que a Convenção foi aprovada e, em novembro de 2001, precisará fazer sua primeira Adenda. Junto com colaboradores da Convenção e representantes da variedade sendinesa, notou-se que seria necessário flexibilizar ainda mais a norma da escrita, levando em consideração a fonética diferenciada do sendinês. Como justificativa a Adenda, são colocadas a busca da unidade e o sendinês como uma variedade do asturo-leonês e do mirandês.

A seguir, abordo com mais detalhes discussões públicas feitas por dois participantes da Primeira Adenda à Convenção Ortográfica de Língua Mirandesa.

3.1.4 Embate Ferreira-Pires e o sendinês nos meios de comunicação

Conforme mencionado ao final da seção anterior, as discussões sobre o peso da variedade sendinesa dentro da Convenção Ortográfica não se limitaram apenas à Academia, mas também foram protagonizadas por seus próprios colaboradores e falantes do mirandês nos jornais da região de Terra de Miranda. Uma dessas discussões, por exemplo, teve como palco o Jornal Mensageiro de Bragança, e como seus atores principais estavam Pe. Moisés Pires, colaborador na Convenção Ortográfica e na Primeira Adenda, e Amadeu Ferreira, que participou apenas da criação do último documento.

Três anos após a publicação da primeira adenda, no dia 27 de junho de 2003, Pe. Moisés Pires ainda não sentia que o sendinês estava devidamente representado na Convenção Ortográfica. Em seu texto, “A verdade sobre o mirandês e o sendinês”, são colocados alguns trechos da primeira descrição sobre a variação

sendinesa, que são discursos originais da publicação de Vasconcellos (1900), onde é reforçada a variedade como um fator de diferenças o sendinês e o mirandês. No entanto, essa publicação não está publicada na versão online do jornal. Tudo o que é possível depreender sobre esse texto, vem por intermédio da resposta a Moisés Pires, feita por Amadeu Ferreira.

No mês seguinte, Amadeu Ferreira publicou sua resposta em “Mirandês: unidade ou divisão?” (ver anexos B e C). Em seu texto, o autor coloca que a variedade, ao contrário do que pensava Moisés Pires, não deveria ser um fator de divisão da língua e de seus falantes, e sim de reforço da unidade, visto que uma língua bem estruturada, segundo a sua concepção, possuía dialetos. E que, nesse sentido, a Convenção Ortográfica dava conta de todas as variedades do mirandês, incluindo a sendinesa, tendo em vista que fazia parte do princípio da própria Convenção fomentar a unidade da escrita da língua. E, ainda mais, garantia que existe representação de todos os sendineses, visto que “a escrita de uma língua é uma convenção aceita pelos seus falantes”. Com esse discurso, Ferreira tenta eliminar Moisés Pires pelo não-pertencimento a Sendim, uma vez há registros de seu nascimento em Miranda do Douro - região da variedade chamada de mirandês central.

Em uma outra publicação, sem data, chamada de “Mais uma vez o mirandês”, Padre Moisés Pires coloca uma resposta ao texto de Ferreira, e destaca que existe “uma afirmação gratuita de que a Convenção Ortográfica de Língua Mirandesa é válida para todas as variedades do mirandês, porque nada se depreende” e que “a Convenção atinge, direta e simplesmente, as dezenove povoações do mirandês central” (PIRES, 2003). Dessa forma, Moisés Pires mostra que nem todos estão de acordo com a afirmação de que a Convenção abarca todas as variedades, mesmo que ele pertença a uma suposta região de fala privilegiada.

Muito depois desse embate entre Pires e Ferreira, já em 2011, há um outro pesquisador sendinês, António Rodrigues Mourinho, que defende que a variedade deve ser revista. Em uma entrevista publicada ao blog Nordeste com Carinho, o historiador aponta que há “uma catedrática universidade de Lisboa que há trinta anos fez uma tese sobre o mirandês [...], passados trinta anos volta à Terra de Miranda e diz que o mirandês está deturpado” (Nordeste com Carinho, 2011). Ainda retoma discursos anteriores, sendo um deles aquele que demonstra que o sendinês

tem uma fonética e morfologia própria, seguindo o que foi dito por Vasconcellos (1900) e diz que:

"O mirandês, como eu o ouvi falar há cinquenta anos e o sendinês como eu o ouvi falar da parte dos meus pais, do meu próprio padrinho, que Deus haja, que falava com a minha avó um sendinês correcto. Há muita gente que não quer distinguir mas, nós temos de distinguir" (Nordeste com Carinho, 2011).

De acordo com essa concepção, se vê inaugurada uma discussão que não havia ainda acontecido, a ideia de que existe uma variedade do mirandês que foi "deturpada" por Lisboa - ignorando-se completamente a questão de que falantes do sendinês participaram não só da Convenção como da Adenda. Para dar respaldo ao seu argumento, vincula-se a ideia apresentada por Pe. António Maria Mourinho de que o sendinês possa ter termos e expressões que possam ser vinculadas a uma colonização judaica, tendo em vista que, segundo o autor, Sendim foi uma "colônia judaica das maiores".

O Jornal do Nordeste também publicou um texto de José Francisco Fernandes, como resposta à uma fala de Amadeu Ferreira. Fernandes aponta que existe um grupo que tenta "abafar este precioso dialeto sendinês, artificialmente 'amirandesando', a esmo, termos e expressões idiomáticas à bem demarcada (e oficializada) língua mirandesa" (FERNANDES, 2005). E, para isso, cita que a Adenda, que supostamente deveria representar os sendineses e seus falares, representa um machado na própria Convenção, que desviou completamente o falar mirandês, sem que correspondesse de fato ao sendinês (ainda que tivesse se aproximado).

4 CONCLUSÃO

Entendemos que, a partir desse trabalho, foi possível contribuir para um maior esclarecimento de como a língua mirandesa escrita se desenvolveu ao longo dos últimos séculos, e como os discursos produzidos e reproduzidos por intelectuais contribuíram para a consolidação da Convenção Ortográfica, aprovada em 1999.

Na seção que versa sobre a língua mirandesa na modalidade oral, demos um panorama da formação da língua e informações sobre seu uso na atualidade. Essa seção teve por objetivo dar subsídios para a compreensão da seção seguinte sobre a modalidade escrita e de como a situação sobre a diglossia seria encarado como um “problema a ser resolvido”.

Na seção sobre a língua mirandesa na modalidade escrita, portanto, colocamos as discussões feitas através das vozes de autoridade que participaram da formação desse novo modo de dizer sobre o mirandês. Para além da língua, foi desenvolvida um pouco mais a ideia dos elementos identitários como parte da formação dessa modalidade escrita – uma vez que o reconhecimento da cultura mirandesa pareceu influir também no processo de reconhecimento de uma “diferença” do povo mirandês com relação ao povo português fora daquela região.

Também foi possível verificar falas mais atuais sobre a situação do ensino da língua mirandesa dentro da região da Terra de Miranda, bem como em Lisboa. Aparentemente, mesmo tendo seus direitos linguísticos reconhecidos pela lei nº 7/99, ainda assim há um distanciamento entre ter esses direitos reconhecidos e a aplicação da lei – tendo em vista que cada vez mais surgem discursos sobre o “abandono” do Estado português com relação ao ensino da língua mirandesa.

Dentro da última seção mostra-se que sobre a variedade sendinesa da língua, já há movimentos que discorrem sobre uma possibilidade de se encarar o sendinês como uma língua a ter suas próprias regras ortográficas. Apesar de não ter muito apelo popular, mas tem sido um discurso que se repete desde a aplicação da primeira adenda à Convenção Ortográfica.

Por fim, deixamos no apêndice e anexos alguns documentos e informações que contribuem para a compreensão geral do texto. As referências buscadas tentaram não repetir uma visão única da língua, mas contribuir para um entendimento mais global do que é a língua mirandesa na modalidade escrita.

REFERÊNCIAS

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRANDA DO DOURO. Evolução do número de alunos a frequentar a disciplina de língua e cultura mirandesa. **Carta Educativa 2019/20**, Miranda do Douro, p. 39-40. Disponível em: https://www.cm-mdouro.pt/cmmirandadouro/uploads/writer_file/document/1651/carta_educativa_2019_2020.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007. cap. 1. Tradução de: Les politiques linguistiques.

CORREIA, Margarita; FERREIRA, José Pedro. Dicionários e vocabulários ortográficos na constituição da norma. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, f. 199, 2013. 398 p, p. 297-318.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO (Org.). António Maria Mourinho: Uma vida pela língua e cultura mirandesas. **Catálogo da biblioteca António Maria Mourinho**, Miranda do Douro, Julho 2004.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Mirandês: Ensino em Lisboa tem "bastante" procura apesar da falta de apoios**. **Diário de Notícias**. 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/mirandes-ensino-em-lisboa-tem-bastante-procura-apesar-da-falta-de-apoios--10494334.html>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. História. In: FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016. 400 p, p. 14-43. (Educação linguística).

FERGUSON, Charles A.. Diglossia. **Word**, n. 15:2, p. 325-340, 1959. DOI: 10.1080/00437956.1959.11659702.

FERNANDES, José Francisco. **É preciso respeitar o sendinês**. **Jornal do Nordeste**. 2005. Disponível em: <https://www.jornalnordeste.com/noticia/e-preciso-respeitar-o-sendines>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FERREIRA, Albino José de Moraes. **Dialecto Mirandez**. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1898.

FERREIRA, Amadeu. **O mínimo sobre a língua mirandesa**: [Estudo publicado na Revista do Festival Intercéltico, Sendim, 2010]. **Studos Mirandeses**. Sendim, 2011.

Disponível em: <https://studosmirandeses.blogs.sapo.pt/1294.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

FERREIRA, Manuela de Barros et al. **Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa**. Miranda do Douro e Lisboa: Câmara Municipal de Miranda do Douro e Centro de Linguística de Lisboa, 1999.

FERREIRA, Manuela de Barros. A formação da escrita mirandesa. **Alazet**, n. 17, 2005. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Campo Arqueológico de Mértola. Disponível em: <http://revistas.iea.es/index.php/ALZ/article/view/251>. Acesso em: 16 jan. 2021.

FERREIRA, Sérgio; MARTINS, Cláudia Susane Nunes. Capital tradutológico e defesa da língua mirandesa. In: UNIVERSIDADE DE AVEIRO. **Ecolinguismo e línguas minoritárias**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2016, p. 183-222.

FISHMAN, Joshua A.. Bilingualism and biculturism as individual and as societal phenomena. **Journal of multilingual and multicultural development**, n. 1:1, p. 3-15.

FISHMAN, Joshua A.. Bilingualism with and without diglossia; Diglossia with and without bilingualism. **Journal of social issues**, v. XXIII, n. 2, p. 29-38, 1967.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder; Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. cap. I e IV.

HISTÓRIAS com gente dentro: Paradela, Miranda do Douro. Produção de Estúdios Valentim de Carvalho. Lisboa: SIC, 2010. Série documental (3:15). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zwclk4sSrxs>. Acesso em: 16 jan. 2021.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?:** Desafios glotopolíticos contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. 256 p. (Linguagem).

MAKONI, Sifree; PENNYCOOK, Alastair. Desinventando e (re)constituindo línguas. **Working Papers em Linguística**. Tradução Cristine Gorski Severo, Florianópolis, n. 16(2), p. 9-34, ago/dez 2015. Tradução de: Disinventing and (Re)Constituting languages.

MEIRINHOS, Luís Miguel Pires. **A evolução da Terra de Miranda:** Um estudo com base nos Sistemas de Informação Geográfica. Porto, 2014. 141 p. Dissertação (Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território) - Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143396512.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MOSELEY, Christopher (Coord.). **Atlas of the World's Languages in Danger**. UNESCO. 3rd edn, Paris, UNESCO Publishing, 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MUSEU DA TERRA DE MIRANDA. **Dr. Mourinho com capas de honras no pátio da sua casa. Museu Terra de Miranda**. Disponível em: <https://www.museuterrademiranda.gov.pt/fundador/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NORDESTE COM CARINHO. "**À procura das tradições**": Entrevista com o Doutor António Rodrigues Mourinho. 2011. Disponível em: <http://nordestecomcarinho.blogspot.com/2011/11/entrevista-com-doutor-antonio-rodrigues.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

O MÍNIMO sobre a língua mirandesa: [Estudo publicado na Revista do Festival Intercéltico, Sendim, 2010]. **Studos Mirandeses**. Disponível em: <https://studosmirandeses.blogs.sapo.pt/1294.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

O PÚBLICO. **Ainda não há manual de Mirandês, apesar de língua ser leccionada há 34 anos**. **Jornal O Público**. 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/09/12/sociedade/noticia/ensino-mirandes-mudancas-significativas-1886329>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PEDREIRA, Jorge M.. As consequências económicas do Império: Portugal. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXII, p. 433-461, 1998. Instituto de Sociologia Histórica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222351336H6sDZ7sk3Ak34ZY1.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

PIRES, Moisés. **Mais uma vez o mirandês**. **Mensageiro de Bragança**. 2003. Disponível em: <https://www.diariodetrasmontes.com/content/mais-uma-vez-o-mirand%C3%AAs>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n. 7. Julgamento em 29 jan. 1999. **Diário Oficial**. Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa. Lisboa. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/182838>. Acesso em: 16 jan. 2021.

REBELO, Patrick Santos. História externa e interna do mirandês, a língua minoritária oficial mais pequena da península ibérica. In: ROMANISCHES SEMINAR, 023/523. 2019, Dübendorf, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/39679669/Mirand%C3%AAs>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SAID, Edward W.. **Representações do intelectual**: As Conferências Reith de 1993. São Paulo: Editora Companhia das Letras, v. 3, f. 64, 2005. 128 p.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Estudos de Philologia Mirandesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, v. 1, 1900. (Quarto centenário de descobrimento da Índia. Contribuições da sociedade de Geographia de Lisboa).

APÊNDICE A — Subtítulo do apêndice

Apêndices tem objetivo de melhorar a compreensão textual, ou seja, completar ideias desenvolvidas no decorrer do trabalho.

Quadro 2 — Usos altos (A) e baixos (B) segundo Ferguson (1959:329)

	A	B
Sermão na igreja ou na mesquita	X	
Instruções a criados, garçons, operários e subalternos		X
Carta pessoal	X	
Discurso no parlamento, discurso político	X	
Aula na universidade	X	
Conversa com família, amigos, colegas		X
Noticiário da mídia	X	
Radionovelas		X
Editorial, matéria de fundo, legenda de fotografia	X	
Legendas de caricatura política		X
Poesia	X	
Literatura popular		X

Fonte: Tradução de Bagno (2017:92) apud Lagares (2018)

ANEXO A — Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro

574

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

N.º 24 — 29-1-1999

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 7/99

de 29 de Janeiro

Reconhecimento oficial de direitos linguísticos
da comunidade mirandesa

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

O presente diploma visa reconhecer e promover a língua mirandesa.

Artigo 2.º

O Estado Português reconhece o direito a cultivar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda.

Artigo 3.º

É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos a regulamentar.

Artigo 4.º

As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro poderão emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa.

Artigo 5.º

É reconhecido o direito a apoio científico e educativo, tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas, nos termos a regulamentar.

Artigo 6.º

O presente diploma será regulamentado no prazo de 90 dias a contar da sua entrada em vigor.

Artigo 7.º

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 19 de Novembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 15 de Janeiro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 19 de Janeiro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 28/99

de 29 de Janeiro

A Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau (CRCB), criada pelo Decreto-Lei n.º 23 968, de 5 de Junho de 1934, foi extinta e entrou em liquidação pelo Decreto-Lei n.º 224/86, de 12 de Agosto.

Sucedem que a CRCB não dispõe, neste momento, de condições que permitam dar por encerrada a liquidação, dado o valor do seu activo ser insuficiente para cobrir o passivo existente, correspondente à constituição das necessárias reservas matemáticas à Caixa Geral de Aposentações, em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 224/86, pelo que se afigura necessário que o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro, a habilite com o montante em causa, alterando-se, em conformidade, o estatuído no citado n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 224/86.

Por outro lado, face ao avultado arquivo, quer de natureza «corrente», quer de cariz histórico, da CRCB, importa igualmente determinar o seu destino, revelando-se ainda necessário prever a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro (DGT), das acções judiciais em que a CRCB seja parte e que ainda não estiverem concluídas à data da aprovação da conta final de liquidação.

Deste modo, verifica-se ser necessário introduzir algumas alterações no texto do referido Decreto-Lei n.º 224/86.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Os artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 224/86, de 12 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 — O encerramento da liquidação da CRCB, para efeito da elaboração da conta final, deverá ser efectuado até 31 de Dezembro de 1998.
- 8 — (*Anterior n.º 7.*)
- 9 — (*Anterior n.º 8.*)

Artigo 5.º

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 — Ao pessoal da CRCB será garantida a manutenção dos direitos que cabem ao seu pessoal reformado ou a reformar, cabendo ao Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro, habilitar o administrador liquidatário com a verba que se revelar necessária para que este assegure junto da Caixa Geral de Aposentações a constituição das necessárias reservas matemáticas.»

MIRANDÊS: UNIDADE O

Salomão tomou a palavra e declarou:

«Uma diz: "A criança que está viva é o meu filho; o teu filho é o que está morto!"».

«A outra responde: "Não, o teu filho é que está morto e o meu é o que está vivo!"».

Em seguida, Salomão ordenou:

"Tragam-me cá uma espada".

Quando lhe levaram a espada, o rei disse:

"Cortem em dois o menino vivo

e dêem metade a cada uma!"

(Livro dos Reis, 3, 23-25)

DIVIDIR O MIRANDÊS É CONDENÁ-LO À MORTE

No *Mensageiro de Bragança* de 27 de Junho passado, o Sr. Padre Moisés Pires veio dizer-nos "a verdade sobre o mirandês e o sendinês". Li e reli, mas apenas encontrei a verdade do sr. padre Moisés Pires. E qual é essa verdade? Que os mirandeses se devem dividir para melhor defenderem a sua língua: sendinês, para um lado, e os restantes mirandeses, para outro. Tudo nos é apresentado sob o pretexto das diferenças entre o sendinês e o mirandês, mas o que realmente se propõe é a divisão da língua mirandesa. Esta é a mensagem do seu artigo o resto é poeira para os olhos.

Como no episódio (citado) que a Bíblia nos conta, há coisas cuja sobrevivência não suporta a divisão, como bem conclui Salomão na sua sábia sentença. A língua mirandesa é como a criança que é levada a Salomão, e a mãe são todos os mirandeses: estar a inventar duas mães, dando uma metade a cada uma delas, é matá-la, acabando por não ficar para ninguém. Espero que o Sr. Padre Moisés, que sei amar aquela criança tanto como eu, também possa trabalhar para a unidade da nossa língua e não para a sua divisão. Creio que não há meio caminho.

O Sr. Padre Moisés Pires será uma pessoa esclarecida, mas, infelizmente, não adopta uma postura que vise esclarecer os leitores e os mirandeses. Sabe tão bem como eu que os problemas da língua mirandesa não se devem a uns supostos malandros sendinês que estão a dar cabo dela. São os verdadeiros problemas que devem ser esclarecidos e discutidos, e não as pessoas, pois somos tão poucos que todos fazemos falta a Mirandês. Mas continuo a acreditar que da discussão pode nascer a luz. Ao ter vindo a público, creio ser também essa a postura do Sr. Padre Moisés Pires. O que se segue está escrito com a preocupação de contribuir para o reforço da unidade da língua mirandesa, e não para a sua divisão.

Isso, porém, não me impedirá de ser frontal e de denunciar qualquer 'batota' que pretenda viciar a discussão.

O SENDINÊS E AS RESTANTES VARIEDADES DO MIRANDÊS TÊM DIFERENÇAS

Que o mirandês central, raiano e o sendinês têm diferenças, qualquer pessoa de qualquer aldeia de Miranda do Douro sabe isso, há centenas de anos. Basta lá ir e perguntar. J. Leite de Vasconcelos reafirmou-o e apontou as primeiras características distintivas do sendinês. A "verdade" que o Sr. Padre Moisés Pires nos traz sobre essas diferenças é muito pobre: por um lado, selecciona apenas algumas das já apontadas por J. Leite de Vasconcelos; por outro, prefere ignorar que aquele sábio tinha um conhecimento limitado do sendinês (era ele próprio que o afirmava, e com razão), pois nunca foi objecto central do seu estudo. Hoje, podem ser apontadas muitas outras diferenças entre o sendinês e as restantes variedades do mirandês. Refiro-me às diferenças relativas a toda a estrutura da língua e não apenas ao seu léxico, pois este tem, por definição, uma variabilidade virtualmente infinita dentro de cada língua, também da mirandesa. Que numas terras se usem umas palavras e noutras outras, isso é normal e não afecta a estrutura da língua. Essa variação demonstra-se, por exemplo, pela existência de sinónimos, isto é, de palavras diferentes que significam a mesma coisa. Uma grande variação no vocabulário de uma língua é um sinal de riqueza dessa língua e nunca pode ser motivo para defender a sua divisão.

Estamos agora em condições de perguntar: que conclusão retira o Sr. Padre Moisés Pires das diferenças entre o sendinês e as restantes variedades do mirandês? A de que (passo a citar) "ascende a largas centenas, e até milhares, o número de palavras sendinês que divergem notoriamente do Mirandês, mais do que suficientes, no dizer do Mestre, para lhe ser concedida «independência dialectológica». E acrescenta ainda que «o Sendinês mais se assemelha ao Português que ao Mirandês central e raiano» (fim de citação, com destacados do Sr. Padre Moisés Pires). Pasme-se: afinal, o sendinês é mais português que mirandês! Então, para que estamos aqui a discutir, dado que o reconhecimento do sendinês como mirandês é o ponto de partida mínimo para qualquer discussão séria? O Sr. Padre Moisés Pires entra aqui num jogo perigoso: em primeiro lugar, porque provar que o sendinês mais se assemelha ao português é fazer a quadratura do círculo; em segundo lugar, porque está a falsificar o pensamento de J. Leite de Vasconcelos. A acusação é grave, mas é fácil de comprovar colocando aqui a afirmação daquele sábio, na íntegra e não manipulada, que reza assim: "Pelos §§e, f (se os factos mencionados neste último são bem exactos) o sendinês assemelha-se mais ao português do que ao mirandês central e raiano. No restante o sendinês é igual á falta vizinha" (Estudos de Philologia Mirandesa, vol. II, p. 37). Afinal, o que diz J. Leite de Vasconcelos é que o sendinês é igual aos restantes falares mirandeses, salvo "pelos §§e, f". E o que se refere nessas parágrafos daquela obra? No §f refere-se que "Á syllaba final mirandesa -ie, que é acentuada no 2º elemento (ditongo crescente), corresponde em sendinês -ie, com accento no 1º elemento (...) mas se estas palavras se tornam prolíficas, os dígraphos reduzem-se a simples vogaes -i..." (hoje, qualquer pessoa pode concluir que o referido no §f e nada tem a ver com o português, o que talvez se deva a lapso de J. Leite de Vasconcelos). No §f refere-se à existência de -ão em sendinês em vez do -on, que caracteriza as restantes variedades do mirandês.

Que concluir? Que o Sr. Padre Moisés Pires fazia bem em voltar a ler J. Leite de Vasconcelos, para não lhe fazer dizer o que ele nunca disse, demonstrando (no mínimo) falta de respeito pelos leitores. Recomendando-lhe, em particular, as pp. 337-340 do 2º volume dos *Estudos de Philologia Mirandesa*, as últimas que o próprio sábio afirma ter escrito sobre o sendinês, de que no ponto seguinte transcrevo a conclusão.

A variação que o sendinês apresenta é facilmente explicável por regras fonológicas do mirandês, que impressionam pela sua constância. Por isso, a uma escrita uniforme é muito simples fazer corresponder várias fonéticas, como acontece em todas as línguas. É isso mesmo que afirma a Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa ao enunciar o que chama princípio da variação gráfica: "A unicidade, sistematicidade e economia ... reflectem-se no facto de não se procurar anotar todas as variantes de pronúncia (...). Isso não impede, como no caso do português, francês, etc., que os leitores conservem a sua pronúncia própria, realizando de modo individual uma grafia a todos comum" (p. 11).

APESAR DAS DIFERENÇAS, O SENDINÊS É MIRANDÊS

Diz o Sr. Padre Moisés Pires que as diferenças do sendinês "são mais do que suficientes, no dizer do Mestre, para lhe ser concedida «independência dialectológica». Pergunto: independência dialectológica em relação a quê? Mas já que o Sr. Padre Moisés Pires tanto gosta de citar o Mestre, nada melhor que deixar bem claro o que pensava sobre o assunto. Eis como se expressa J. Leite de Vasconcelos: "Talvez, sem grande inconveniente, pudessemos deixar de considerar o sendinês como sub-dialecto do mirandês, e pudessemos pelo contrário collocá-lo na mesma escala que este em relação aos outros idiomas vizinhos (...). Mas, de qualquer maneira que consideremos o sendinês, ou como sub-dialecto do mirandês, ou como co-dialecto do português (todas as classificações, sejam de que natureza forem, oferecem de ordinário inconvenientes), o facto que importa notar é a relativa independência de alguns phenomenos do sendinês a respeito dos que o mirandês normal lhes ficam paralelos, e ao mesmo tempo o ar de fa-

mília que se manifesta em todas as falas raianas" (Estudos de Philologia Mirandesa, vol. II, pp. 339-340) (J. L. de Vasconcelos refere-se às falas raianas leonesas em Portugal. O itálico é meu).

Como se pode verificar, J. Leite de Vasconcelos tem dúvidas, mas faz notar o "ar de família" entre o sendinês e os restantes falares raianos leoneses. O Sr. Padre Moisés Pires não tem dúvidas, mas certezas: entre o "ar de família" e a separação, opta por esta: entre a divisão e a unidade, luta por aquela. Creio que devia, serenamente, repensar os seus argumentos, sobretudo à luz dos muitos estudos realizados nos mais de cem anos que decorreram desde os textos de J. Leite de Vasconcelos. Não foi este, e sim o grande sábio espanhol R. Menéndez Pidal, quem, definitivamente, estabeleceu a filiação do mirandês, em todas as suas variedades, na língua astur-leonesa falada, em traços gerais, no antigo reino de Leão, antes do surgimento da nacionalidade portuguesa. É essa a matriz de todas as variedades do mirandês, incluindo a sendinês.

Se procuramos saber a opinião de distintos dialectólogos modernos, não há lugar a dúvidas: o sendinês é parte integrante do mirandês, apesar das diferenças. É assim que pensam Luís Filipe Lindley Cintra (*Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Sá da Costa, 2ª ed. 1995, pág. 138) e Manuela Barros Ferreira e outros ("Variação Linguística: perspectiva dialectológica", in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (org. Isabel Hub, Faria et alii), ed. Caminho, 1996, p. 497). Muitos outros poderia citar, mas basta-me referir os professores, da Universidade de Coimbra, M. Paiva Bolão, J. Herculano de Carvalho e Maria José Moura Santos, não fora o receio de enfadar os leitores.

Que concluir? As importantes diferenças do sendinês em relação às restantes variedades do mirandês não impedem a sua plena integração na língua mirandesa. Os argumentos dados pelo Sr. Padre Moisés Pires são pobres: basta ver a variedade do próprio português (nalguns casos bem maior que a existente dentro do mirandês), de Trás-os-Montes a S. Miguel, ao Porto, a Lisboa, dos PALOP ao Brasil, e ninguém conclui que se trate de línguas diferentes ou que devam utilizar distintos modos de escrever.

O EXEMPLO DE ANTÓNIO MARIA MOURINHO

É sabido que António Maria Mourinho era sendinês. Na sua terra bebeu a língua mirandesa e nela colheu as principais referências que orientam toda a sua obra, que respira a alma sendinês por todos os poros. Nunca António Maria Mourinho precisou de deixar de ser sendinês para ser mirandês. Veja-se o seu cancionero mirandês, repleto de recolhas efectuadas em Sendim; vejamos os contos que nos legou, recolhidos em Sendim; sintam-se a emoção com que a cada passo cita aquelas que foram as principais referências para ele: a sua mãe, a tie Rosa, e o tio Juan Ferra, seu tio. E continua, mas deixo essa análise para um estudo a publicar em breve. Todos sabem que António Mourinho era integralmente mirandês, era de cada aldeia, de cada pessoa. E para o ser não teve que

ANEXO C — "Mirandês: unidade ou divisão?" parte 2

MENSAGEIRO
DE BRAGANÇA

18-07-2003

13

OU DIVISÃO?

travar uma guerra civil contra o seu Sendim, nem o seu sendinês, em que se expressava regularmente.

Desde J. Leite de Vasconcelos que o mirandês tem sido comodamente arrumado num *cliché*: o mirandês central, o mirandês raiano e o mirandês do sul ou sendinês. Infelizmente, nunca ninguém estudou o mirandês de cada aldeia, de todas as terras de Miranda. É isso que é necessário fazer, urgentemente. Há que detectar as diferenças de aldeia para aldeia, estudá-las, tal como as semelhanças que sobrelevam aquelas em grande quantidade. Só assim cada aldeia pode ser respeitada, com a sua cultura e as suas características próprias. Só assim pode ser construído o edifício do mirandês moderno, com a sua gramática, o seu dicionário, o seu profunário, etc. Até lá, quanto fizermos não passa de tentativas, de aproximações, imprecisas e provisórias.

A variedade da língua mirandesa é uma riqueza imensa, pois espelha a sua história heróica mas sofrida, que permitiu o amassar dessa variedade numa unidade que nada, até agora, conseguiu romper. Esse é um dos pilares da força da língua mirandesa, uma marca da sua capacidade para conviver com a diferença, uma marca de tolerância e, sobretudo, de inteligência. António Maria Mourinho percebeu isso e deixou-nos uma prática de universalismo mirandês.

A ESCRITA DE UMA LÍNGUA É UMA CONVENÇÃO ACEITE PELOS SEUS FALANTES

O Sr. Padre Moisés Pires diz-nos que "a regra fundamental da linguística: para que uma língua possa ler-se como se escreve, é indispensável, primeiramente, que se escreva como se fala" (destacados do autor). Perdoe-me a minha ignorância: Onde foi buscar essa "regra fundamental"? Que lei a estabeleceu? Pergunto-lhe: os portugueses que têm o falar da região do Porto escrevem o português tal como o falam? E os da região de Viseu? E os da Ilha de São Miguel ou da Ilha da Madeira? E os de Lisboa? Nunca se apercebeu que quando está a ler uma obra escrita por um brasileiro a lê no seu português pessoal? Já pensou bem que a escrita nada mais é que uma convenção? E que essa convenção pode mudar e efectivamente muda? E que, apesar de não escrever o português como o fazemos hoje, Camões continua a ser a grande referência da língua portuguesa? Basta ouvir falar o povo, qualquer povo, para verificar que ninguém fala como escreve, nem escreve como fala. Sendo uma convenção, a escrita tem regras que têm de ser aprendidas: como qualquer língua, também o mirandês se aprende a escrever, e não basta saber falar para saber escrever correctamente. Os mirandeses que sabem falar a sua língua, como qualquer povo, têm de se esforçar por aprender a escrevê-la.

Os mirandeses, ajudados por ilustres universitários e estudiosos das línguas, há muito que percebem isso, e adoptaram a Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Essa Convenção, ao contrário do que afirma o Sr. Padre Moisés Pires, é a iniciativa de avançar para

mirandês, aí incluído o sendinês. É óbvio que, sendo uma convenção, ninguém está obrigado a segui-la. O Sr. Padre Moisés Pires tem essa liberdade, mas deve assumi-la e não mistificar o conteúdo e o âmbito dessa mesma Convenção. Coloquemos, então, o problema da Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa.

A CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA MIRANDESA É DE TODOS OS MIRANDESES

Informa-nos o Sr. Padre Moisés Pires que a comissão encarregada de redigir a Convenção Ortográfica concluiu "que não podia ser usada para ambas (falas sendinês e mirandesa) a mesma ortografia" e que o sendinês teria ficado à espera de "um estudo especial e aprofundado, visto não poder compagnar-se dentro da Ortografia que era comum aos restantes 28 povoados do concelho". E remata, para que não haja lugar a dúvidas: "Esta obra (a Convenção Ortográfica), que bem merecia uma 'medalha de ouro', pelo seu significado histórico e linguístico, tinha já destinatários bem determinados: todas as povoações do concelho de Miranda do Douro, excepto uma: Sendim".

A pergunta que se coloca é a seguinte: Existem actas da comissão que comprovem as afirmações do Sr. Padre Moisés Pires? O texto da Convenção não confirma as afirmações do Sr. Padre Moisés Pires, e até mostra o contrário: nela estava presente um ilustre sendinês, o Dr. António Maria Mourinho; várias vezes é referido o dialecto sendinês como incluído no âmbito da Convenção (pp. 12; 24 - nota 12; 26 - nota 19); o mapa da pág. 17, que identifica as localidades da área linguística mirandesa, inclui Sendim. Estes são os dados objectivos da própria Convenção. Esta visou, como um dos seus principais objectivos expressos, fomentar a unidade da escrita do mirandês: "Impunha-se encontrar um código que reflectisse a unidade interna do mirandês e que recobrisse a própria variação local, de modo a tornar-se num instrumento de comunicação simultaneamente amplo e colado à realidade, para poder ser reconhecido como um código de identificação colectiva pela população a que se destina" (p. 9).

Mas a Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa revelou algumas insuficiências na sua aplicação. E foram os sendinês que lutaram pela sua adequação, num espírito de unidade e de diálogo, em vez de a rejeitarem e se colocarem à margem. Daí surgiu a Primeira Adenda à Convenção, adoptada em Fevereiro de 2000, documento que tem o mesmo valor da Convenção Ortográfica. A adopção dessa Primeira Adenda foi precedida de importantes estudos e foi amplamente discutida entre falantes de sendinês e de outras variedades do mirandês. Para que fique claro, o Sr. Padre Moisés Pires esteve presente na discussão da Primeira Adenda. Agora parece arrependido e tudo faz para apagar a importância desse texto fundamental que é a Primeira Adenda à Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Senão, vejamos: diz que é a iniciativa de avançar para

a Convenção foi da Câmara, mas a convenção da reunião que levou à adopção da Adenda também foi; diz que na Convenção participaram "quatro brilhantes professores de Universidade", mas na reunião da Adenda participaram os mesmos "ilustres professores", com excepção do Sr. Prof. Doutor Ivo de Castro.

Que trouxe de novo a Primeira Adenda? No essencial, o seguinte: eliminou o acento circunflexo dos ditongos crescentes *-ie-* e *-uo-*. Assim, onde antes se escrevia, por exemplo, *fuente e tierra*, passou a escrever-se *fuente e tierra*. Que se pretendeu com essa alteração? Que cada um pudesse acentuar a primeira ou a segunda vogal do ditongo, conforme as características da sua fala. É uma alteração que não traduz nenhuma das variedades do mirandês, mas que as serve a todas. É uma escrita de unidade.

Mas a Primeira Adenda foi mais longe. Tornou possível distinguir, na escrita, as variedades do mirandês, para quem o desejasse: que os sendinês escrevessem apenas com */-* as palavras que as restantes variedades do mirandês iniciam com */h-*. Por mim, não utilizo essa possibilidade, sem que isso me impeça de ler apenas */-* onde está escrito */h-*. Assim, ficava satisfeito o desejo daqueles, sendinês ou não, que queriam um sinal que distinguisse, na escrita, as variedades do mirandês. Isso, pelos vistos, não satisfaz o Sr. Padre Moisés Pires. Que pretende, afinal? Deixar os sendinês sem qualquer norma ortográfica? Atirar com os sendinês para fora da comunidade de língua mirandesa? Desengane-se se pensa que pode destruir o que foi construído ao longo de séculos. Seria uma traição à história e a todos os que nos legaram a língua mirandesa. Esclareça-nos, pois não consigo aceitar que sejam esses os seus propósitos. E mais não digo quanto à já referida Primeira Adenda, pois a mesma foi objecto de uma aprofundada justificação, assinada pelas Doutoras Manuela Barros Ferreira e Rita Marquilha, e que pode ser lida, tal como a própria Adenda, no sítio www.mirandes.no.sapo.pt (secção Renascimento da Língua). Nesse importante documento se reafirma que o sendinês é uma variedade do asturo-leonês e do mirandês e onde se tratam algumas questões de princípio. Destas, permito-me transcrever a seguinte passagem do documento das duas ilustres linguistas: "...o princípio da unidade gráfica é tanto mais exigente quanto mais frágil e diminuta for a língua considerada. O estatuto de língua oficial de certo modo obriga a que o idioma que o alcançou se fortaleça através de obras escritas que possam ser lidas pelo maior número; exige que as suas normas sejam claras e não provoquem hesitações de escolha naqueles que a queiram aprender; e também é importante que, internacionalmente, não se torne motivo de estranheza e desconfiança. Não é credível, à escala internacional, uma pequena língua que disponha de variedades de escrita para servirem apenas a população de uma aldeia."

É também oportuno fazer referência à longa e esclarecedora carta da Doutora Manuela Barros Ferreira, publicada no *Mensageiro de Bragança*, de 24 de Maio de 2002, intitulada "Uma nota dissonante na harmonia de um encontro". As questões da unidade do mirandês são aí tratadas de modo claro e rigoroso, e responde-se de modo cabal a muitas das objecções feitas à Convenção Ortográfica e à sua Primeira Adenda, além de se anunciar a Segunda Adenda, que está em discussão, e cujo texto se encontra também no sítio da Internet acima referida. O propósito da unidade, refere a Doutora Manuela Barros Ferreira: "...se não houver unidade do feixe, cada vara se parte mais facilmente — é parábola antiga. E quem sai fortalecido? O lume que com elas se ateia

e tudo consome. Falando sem flores de estilo: o futuro desta língua, dado o desaparecimento dos habitantes do campo que se está a verificar, ou se escreve, para que dure mais e guarde a sua própria memória, ou vai desaparecendo, à medida que se extinguem os camponeses...". E diz ainda, a propósito das variedades do mirandês: "A escrita é uma convenção que permite ler palavras, não pronúncias. Qualquer escrita, em qualquer língua, é uma convenção social que permite as pessoas entenderem-se a uma distância a que a voz não chega. Que as falas sejam diferentes. Mas que a escrita seja o mais unitária possível."

Que concluir? Que o Sr. Padre Moisés Pires fala do que lhe interessa e omite o que parece não lhe convir. Mas não adianta, que a verdade é como o azeite, acaba sempre por vir ao de cima. Fica a pergunta: A quem aproveita a divisão dos mirandeses?

A LEI 7/99, DE 29 DE JANEIRO, OFICIALIZA TODAS AS VARIETADES DO MIRANDESES

É sabido que a lei nº 7/99, de 29 de Janeiro, reconheceu oficialmente os direitos linguísticos da comunidade de língua mirandesa. Na sequência de quanto temos vindo a referir, impõe-se a seguinte pergunta: Afinal, o que foi oficialmente reconhecido como língua mirandesa? Foi apenas reconhecido o mirandês de algumas aldeias, da lei se excluindo a variedade sendinês do mirandês? A resposta do Sr. Padre Moisés Pires parece não deixar lugar a dúvidas. Mas como não quero colocar na sua boca o que ele não disse, gostaria que fosse ele próprio a responder à pergunta.

A questão colocada é jurídica e de largo alcance: o direito ao ensino da língua, reconhecido por lei, contempla todas as suas variedades? E o direito a redigir documentos em mirandês? E o direito a promover a língua? E o direito à formação de professores? E o direito a apoiar por parte do Estado? Poderia continuar com as perguntas, mas estas bastam para que se perceba o alcance do problema e o absurdo que seria aceitar, até às suas últimas consequências, as ideias do Sr. Padre Moisés Pires, que, se não pensou ainda no problema, ainda vai a tempo.

É a própria lei que dá resposta às questões colocadas: no seu âmbito incluem-se todas as variedades do mirandês. Felizmente que não depende da vontade do Sr. Padre Moisés Pires atirar com o sendinês para fora da lei nº 7/99, de 29 de Janeiro, pois lá está incluído, e bem, por direito próprio, tal como todas as variedades do mirandês. É bom que se comece a habituar a isso, por muito que lhe custe.

Nota final:

Deixai-me acabar cun algumas palabras an mirandês. Anque mal conheça l sr. padre Moisés Pires (solo stube cun el ua be), na reunião que adotou la Primeira Adenda), afiz-me a tener respeito por el. De l mesmo modo que respeito qualquiera mirandês. Todo quanto dixei arriba nun altorou esso, pus la melhor maneira de respetar ua pessona ye oubi-la cun atençon i dezir-le, uolhos ne l, uolhos, l que pensamos. Nun la tratar assi ye botá-la al çprezio. Para manterer ua cunçon séria, que dela mats fuorça a la lhéngua mirandesa, cuntai cumigo; para fazer coisas puita lhéngua mirandesa, cuntai cumigo. Todo lque sala fuora desso ye açagar l pouco tempo que tenemos para defender, dilubar; zambolber i manterer la noossa lhéngua. Te nesse traballo que bou a cuntinar a ampregar l meu tempo.

Amadeu Ferreira